



Governo do Estado de Rondônia



Balanço Geral do Estado Exercício 2011



Governo do Estado de Rondônia
Governadoria

OFÍCIO Nº *643* IGG/2012

Porto Velho, // de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor
Conselheiro JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELC
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
N E S T A



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, tendo em vista o preceituado no Inciso XIV do artigo 65 da Constituição Estadual, o **Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado** e o **Relatório de Atividades Desenvolvidas**, relativas ao Exercício financeiro de 2011.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção reiterando minhas expressões de elevada estima e apreço.

Respeitosamente,

CONFÚCIO MOURA
Governador do Estado



Governo do Estado de Rondônia
Governadoria

OFÍCIO Nº 642 IGG/2012

Porto Velho, // de abril de 2012

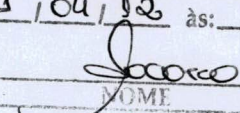
A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOSÉ HERMINIO COELHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
N E S T A

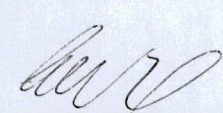
Senhor Presidente,

De acordo com disposto no Inciso XIV do artigo 65 da Constituição Estadual, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o **BALANÇO GERAL DO ESTADO** e o **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**, referente ao Exercício de 2011, elaborado em consonância com as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteremos a V. Exa., nossos protestos de estima e apreço.

Respeitosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO	
PROTÓCOLO DO GAB. PRESIDENCIA	
Em 14 / 04 / 12	às: ____ / ____
	
NOME	


CONFÚCIO MOURA
Governador do Estado

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA****DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - DHP ELETRÔNICA**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA** DECLARA que o registro identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei nº 9.295/46.

Declaramos para os devidos fins e para quem interessar possa, sob as penas da lei, especialmente, das previsões do art. 299 do Código Penal Brasileiro que as informações constituem a expressão da verdade. Informamos também que a presente não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO**

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - DHP
RO/2012/00006178 CRC:RO-001361/O-0 TÉCNICO EM CONTABILIDADE
ALMIR BRASIL DE SOUZA
R BUENOS AIRES, 2684,
EMBRATEL CPF: 030.656.262-68
78905-700 - PORTO VELHO - RO

VALIDADE
02.07.2012

Identificação da pessoa jurídica ou física da qual o profissional é responsável:

Pessoa Jurídica ou Física	
Nome:	GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CPF/CNPJ:	00.394.585/0001-71
Finalidade:	OUTRAS
Órgão Destino:	OUTROS

Confirme a existência deste documento emitido pelo profissional, na pág.

<http://201.33.23.187/spwRO/principal.htm>

CPF: 030.656.262-68 Controle: 2342.8262.1051.9119



Governo do Estado de Rondônia
Controladoria Geral do Estado



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

Exercício de 2011

Porto Velho, abril de 2012



Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

⇒ **Exercício de 2011** ⇐

Porto Velho, abril de 2012



Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

Controladora Geral do Estado

Juliana Furini Reginato

Coordenador Geral

Maurício Boni Duarte Azevedo

Comissão de Análise da Prestação de Contas

(Nomeada pela Portaria Nº 030/GAB/CGE - DE 28.02.2012)

Maria Gilda Timbó Passos

Vaste Julien

Grinaura Carvalho de Oliveira

Ana Rita de Oliveira Ferreira

João Henrique Lima

Uilian Amorim dos Santos



Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual relativo às Contas Consolidadas do Estado de Rondônia, do *Exercício Financeiro de 2011*, elaborado pela Controladoria Geral do Estado - CGE, órgão responsável pela coordenação da Prestação de Contas Anual. Tendo como *Missão Institucional*: zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade rondoniense.



Controladoria
Geral do Estado



SINOPSE DO RELATÓRIO EXERCÍCIO 2011

1	APRESENTAÇÃO	05
2	ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	08
3	DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	08
3.1	ORÇAMENTO	08
3.1.1	ORÇAMENTO INICIAL	08
3.1.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	11
3.1.3	DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	12
3.1.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	12
3.1.5	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	17
3.1.5.1	DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	31
3.1.6	RECEITAS E DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	38
3.1.7	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	40
4	DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	42
4.1	GASTO GERAL COM EDUCAÇÃO PÚBLICA	45
5	DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	47
5.1	GASTO GERAL COM SAÚDE PÚBLICA	49
6	GESTÃO FINANCEIRA	51
7	GESTÃO PATRIMONIAL	52
7.1	ATIVO FINANCEIRO	53
7.2	ATIVO PERMANENTE	56
7.3	PASSIVO FINANCEIRO	56
7.4	PASSIVO PERMANENTE	58
7.5	CONTAS DO COMPENSADO	60
7.6	RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	61
8	GESTÃO DE DÍVIDA PÚBLICA	61
9	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	63
10	POSIÇÃO FINANCEIRA DOS PRECATÓRIOS	63
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64



APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual no seu art. 46, determina que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.” (grifo nosso).

Dando efetividade a esse dispositivo constitucional, o Governo do Estado cria nos termos do Inciso I, do artigo 65 da Lei Complementar nº 133, de 22 de junho de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 224, de 4 de janeiro de 2000 e pela Lei Complementar nº 619, de 26 de maio de 2011, a Controladoria Geral do Estado de Rondônia – CGE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, tendo como finalidade primordial o assessoramento imediato ao Governador, responsável pela avaliação do controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das Entidades da Administração Estadual, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade e regularidade da execução da receita e da despesa.

O Inciso XIV do artigo 65 da Constituição Estadual prevê como competência privativa do Governador do Estado “prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior”.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nº 154, de 26 de julho de 1996, no seu parágrafo único do artigo 35, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual, acerca da execução dos orçamentos de que trata o § 5º do art. 165, da Constituição Federal.

A Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, em seu artigo 6º define: O Governador do Estado deverá apresentar Prestação de Contas Anual, concomitantemente, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, no prazo de sessenta (60) dias contados da abertura da sessão legislativa, devendo constituir-se, basicamente, dos seguintes elementos:



I - relatório do órgão central do sistema de controle interno, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, artigo 39;

II - relatório sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de educação, saúde, segurança e obras públicas;

III - relatório evidenciando o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, artigo 58;

IV - demonstrativos dos resultados gerais do exercício, na forma dos anexos estabelecidos na Lei Federal nº. 4.320/64, artigo 101, observadas as alterações posteriores e a legislação pertinente;

V - relação dos restos a pagar, discriminadamente por Poder, Órgão ou Unidade, evidenciando cada credor, a fonte de recursos e destacando a situação: se processado ou não (anexos TC-10 A e TC-10 B);

VI - cópia das atas das audiências públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro, conforme determina a Lei Complementar Federal nº. 101/2000, artigo 9º, § 4º.

Parágrafo único. A relação exigida neste artigo, inciso V, quando se tratar de ano de encerramento de mandato, deverá conter a individualização dos restos a pagar com recursos vinculados, nos termos dispostos na Lei Complementar Federal nº. 101/2000, artigo 42.

Assim, em cumprimento às disposições legais, a Controladoria Geral do Estado emite este Relatório sobre as Contas Anuais do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, **Confúcio Aires Moura**, referente ao exercício financeiro de 2011, com análises



e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre o assunto.

O Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo, vem sendo enriquecido com análises que vão além das exigências dos ditames legais, com vistas a contribuir para a análise do Controle Externo quando da apreciação e julgamento das Contas Anuais do Governo exercício-2011.

Com o objetivo de tornar transparente e acessível para todos os cidadãos, a Gestão Fiscal do Governo do Estado, através da simplificação dos seus textos, tabelas e gráficos, divulgarão este relatório, por meio eletrônico, atendendo ao preceito da ampla publicidade.

Mesmo com a certeza de termos evidenciado, claramente, os índices e metas a serem alcançados, é oportuno ressaltar que, neste ano de gestão (2011), o Governo do Estado atingiu todos os índices constitucionais nas áreas de Saúde e Educação. No que tange às metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os resultados primário e nominal também foram satisfatórios.

Os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos às Operações de Crédito e Garantias de Valores, Dívida e Despesa com Pessoal também foram obedecidos. O resultado da execução orçamentária registrou um superávit orçamentário de R\$ 267.773.963,10, já considerando as exclusões das receitas e despesas intra-orçamentárias.



2 ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Controladoria Geral do Estado é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo do Governo do Estado de Rondônia, tem como premissa atuar em atividades de fiscalização e assessoramento, com abrangência sobre todos os Órgãos do Poder Executivo. Entre outras competências, constitui etapa superior e final do controle interno a elaboração do Relatório sobre a Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Executivo, a qual será encaminhada, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado para manifestação prévia, visando o julgamento final pela Assembléia Legislativa.

3 DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 ORÇAMENTO

O Orçamento Anual (Lei Orçamentária Anual – LOA) visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual – PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Na elaboração do Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas fixadas, visando estabelecer as prioridades que serão executadas a cada ano de governo.

É neste momento que se dá a efetiva confirmação do aporte de recursos e de produtos que serão entregues à sociedade, através da organização e do desdobramento das ações que orientarão a atuação governamental.

Com base na LOA, foi aprovado o “Quadro de Detalhamento das Receitas e das Despesas Orçamentárias – QDRD”, decorrentes do Orçamento Consolidado do Estado para o exercício de 2011, por meio do Decreto nº. 15.652, de 25 de janeiro de 2011.

3.1.1 ORÇAMENTO INICIAL

O Orçamento do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2011, teve seus valores consignados na Lei nº. 2.368 de 22 de dezembro 2010 (Lei Orçamentária Anual – LOA) apresenta a receita total estimada, no mesmo valor da despesa total fixada, em R\$ 5.200.000.000,00 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais), sendo que a



despesa deverá ser realizada de acordo com as especificações constantes, no orçamento fiscal R\$ 4.304.496.626,00 (quatro bilhões, trezentos e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e seiscentos e vinte e seis reais), e seguridade social R\$ 895.503.374,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e três mil e trezentos e setenta e quatro reais), compreendendo os três poderes que compõem a administração estadual centralizada. Foi elaborado segundo os preceitos técnico-formais estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/64, pela Secretaria de Estado de Planejamento, aglutinando, obediência ao princípio inserto no item I, parágrafo 5º, do artigo 165 da Constituição Federal e item XIII, do artigo 65 da Constituição Estadual, as dotações atribuídas às Administrações Direta, Indireta e demais Poderes e Órgãos, como se demonstra por esfera:

DESDOBRAMENTO DA RECEITA E DESPESA POR ESFERA		
ESFERA	RECEITA ESTIMADA	DESPESA FIXADA
RECEITA FISCAL	4.304.496.626,00	4.304.496.626,00
RECEITA DE SEGURIDADE	895.503.374,00	895.503.374,00
TOTAL	5.200.000.000,00	5.200.000.000,00

O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social representam, portanto, a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo os respectivos Fundos da Administração Direta) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Vinculados à Administração Indireta, Empresas Estatais Dependentes) que integram a Lei do Orçamento Consolidado do Estado.

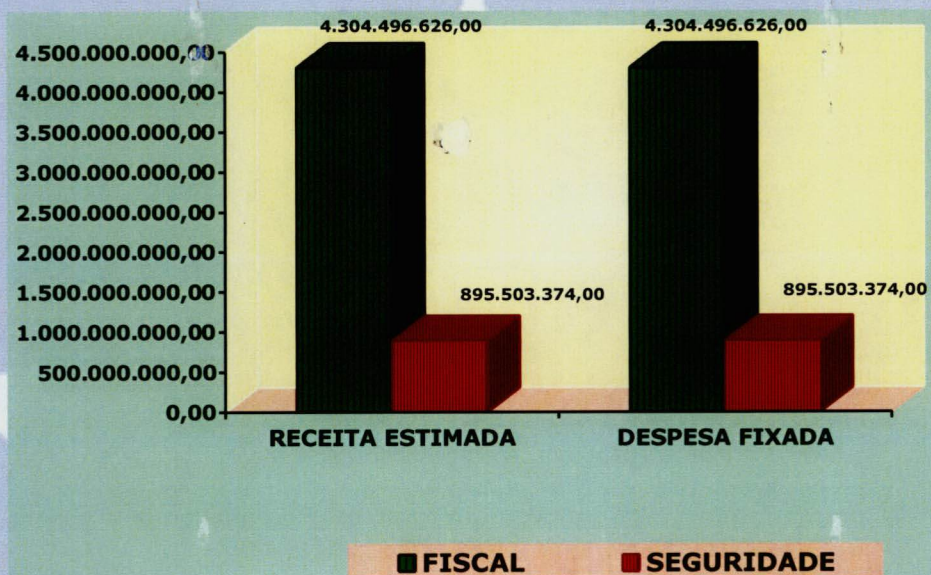
É oportuno ressaltar, que os recursos previstos para o exercício de 2011, na ordem de R\$ 5.200.000.000,00, foi superior ao estimado para o exercício de 2010, que foi de R\$ 4.968.389.690,00, apresentando uma diferença de R\$ 231.610.310,00 que em termos percentuais corresponde a 4,66%.



Controladoria
Geral do Estado



Segue ilustração gráfica da Receita/Despesa Inicial por Esfera e Categoria:



Para melhor entendermos as contas do Governo do Estado apresentaremos a seguir o Desdobramento da Receita Estimada por Categoria Econômica e a Despesa Fixada por Categoria de Gasto.

DESDOBRAMENTO DA RECEITA ESTIMADA E DESPESA FIXADA					
ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$	%	CONTA	VALOR EM R\$	%
RECEITAS CORRENTES	5.664.169.444,00	108,93	DESPESAS CORRENTES	4.321.038.290,00	83,10
Receita Tributária	2.609.013.000,00	50,17	Pessoal e Enc. Sociais	2.061.325.218,00	39,64
Receita de Contribuição	157.306.776,00	3,03	Juros e Encargos da Dívida	168.609.000,00	3,24
Receita Patrimonial	81.022.320,00	1,56	Outras Desp. Correntes	2.091.104.072,00	40,21
Receitas de Serviços	123.518.842,00	2,38			
Transferências Correntes	2.493.558.006,00	47,95			
Outras Receitas Correntes	199.750.500,00	3,84			
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	(638.410.000,00)	-12,28			
Dedução Rec. de IPVA P/FUNDEB	-5.472.000,00	-0,11			
Dedução Rec. de ITCD P/FUNDEB	-689.000,00	-0,01			
Dedução Rec. de ICMS P/FUNDEB	-278.318.000,00	-6,26			
Dedução Rec. P/FUNDEB-Transf. União	-306.945.000,00	-5,90			
RECEITA CORRENTE (LÍQUIDA)	5.025.759.444,00	96,65			
RECEITA DE CAPITAL	74.337.556,00	1,43	DESPESA DE CAPITAL	695.872.710,00	13,38
Operações de Créditos	3.838.556,00	0,07	Investimentos	487.332.170,00	9,37
Alienação de Bens	0,00	-	Inversões Financeiras	35.980.061,00	0,69
Amortização de Empréstimos	33.000,00	0,00	Amortizações da Dívida	172.560.479,00	3,32
Transferências de Capital	70.466.000,00	1,36			
RECEITAS (INTRA-ORÇ. CORRENTES)	99.903.000,00	1,92	RESERVA CONTINGÊNCIA	183.089.000,00	3,52
Contrib. Patronal do Servidor-Ativo Civil	93.667.000,00	1,80			
Contrib. Patronal do Servidor-Ativo Militar	6.236.000,00	0,12			
TOTAL GERAL	5.200.000.000,00	100	TOTAL GERAL	5.200.000.000,00	100



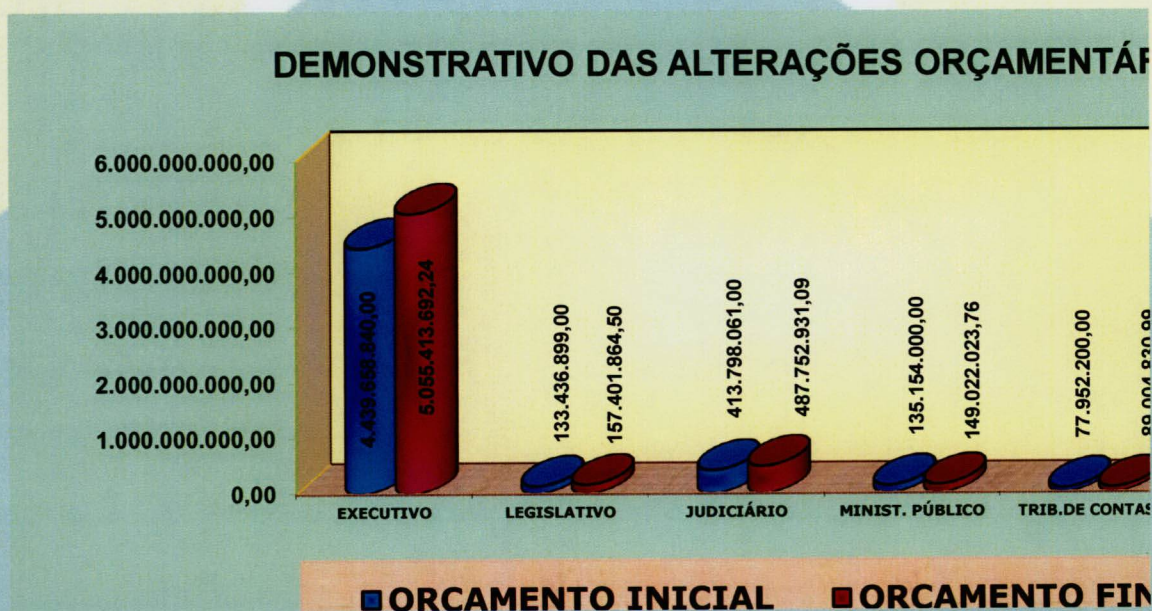
3.1.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

De forma a viabilizar as metas e prioridades da administração pública estadual, de acordo com as disposições da legislação em vigor, o Governo do Estado realizou alterações no orçamento inicial, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃOS		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
DOTAÇÃO INICIAL	4.439.658.840,00	133.436.899,00	413.798.061,00	135.154.000,00	77.952.200,00	5.200.000.000,00
(+) SUPLEMENTAÇÃO P/EXCESSO ARRECADAÇÃO	498.198.710,79	11.383.635,50	41.448.471,00	5.000.000,00	4.700.000,00	560.730.817,29
(+) SUPLEMENTAÇÃO P/SUPERÁVIT FINANCEIRO	141.237.471,45	0,00	29.906.399,09	368.023,76	6.352.630,99	177.864.525,29
(+) SUPLEMENTAÇÃO P/ANULAÇÃO	598.458.733,72	12.581.330,00	6.000.000,00	8.500.000,00	0,00	625.540.063,72
(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO	(622.140.063,72)	0,00	(3.400.000,00)	0,00	0,00	(625.540.063,72)
(=) TOTAL DE CRÉDITOS AUTORIZADOS	5.055.413.692,24	157.401.864,50	487.752.931,09	149.022.023,76	89.004.830,99	5.938.595.342,58

O resultado das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2011 e que foram resumidas no quadro demonstrativo apresentado, elevou a despesa inicialmente fixada na lei orçamentária em R\$ 738.595.342,58, representando um acréscimo de 14,20 %, atualização esta inferior a verificada no ano anterior que foi de 19,85%.

Segue ilustração gráfica das Alterações Orçamentárias do exercício por Poder e Órgãos:





3.1.3 DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O quadro a seguir demonstra as informações orçamentárias consolidadas extraídas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com a exclusão dos repasses ao Sistema de Previdência. Assim, excluindo-se esses valores, a Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$ 5.478.639.330,50, enquanto que a Despesa Empenhada atingiu a quantia de R\$ 5.285.351.564,37, resultando em um superávit de R\$ 193.287.766,13.

Apresentamos a seguir informações do Relatório Resumido da Execução orçamentária, referente ao 6º. Bimestre de 2011, a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA DO ESTADO

(Excluído os Repasses ao Sistema de Previdência)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	5.410.957.386,04	5.428.655.877,94	-17.698.491,90
RECEITAS DE CAPITAL	249.870.431,25	49.983.452,56	199.886.978,69
TOTAL DAS RECEITAS	5.660.827.817,29	5.478.639.330,50	182.188.486,79
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO
DESPESAS CORRENTES	4.794.856.052,88	4.578.904.665,92	215.951.386,96
DESPESAS DE CAPITAL	897.618.815,85	706.446.898,45	191.171.917,40
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	81.000.000,00	0,00	81.000.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	5.773.474.868,73	5.285.351.564,37	488.123.304,36
Déficit/Superávit	(112.647.051,44)	193.287.766,13	(305.934.817,57)
TOTAL GERAL	5.660.827.817,29	5.478.639.330,50	182.188.486,79

3.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

O artigo 11 da Lei Federal nº. 4.320/64 estabelece a classificação das Receitas Orçamentárias nas categorias econômicas Correntes e de Capital.

São Receitas Correntes as de natureza tributária, de contribuições, serviços, industriais, patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes.



Controladoria
Geral do Estado



São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras receitas de capital.

No exercício de 2011, a Receita Total foi estimada em R\$ 5.200.000.000,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 5.706.554.025,10, que expõe um superávit de arrecadação da ordem de R\$ 506.554.025,10, o que significa dizer que em termos percentuais a receita arrecadada foi superior à estimada em 8,88%, no exercício.

A seguir, apresentamos demonstrativos do desempenho da execução da receita por fonte e por categoria econômica.

EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ESTIMADA COM A ARRECADADA				
FONTE	RECEITAS		VARIAÇÃO DA RECEITA	
	ESTIMADA	ARRECADADA	DIFERENÇA	%
RECEITAS CORRENTES (Orçamentária)	5.664.169.444,00	6.160.453.353,65	496.283.909,65	8,70
Receita Tributária	2.609.013.000,00	2.831.786.692,37	222.773.692,37	3,90
Receita de Contribuição	157.306.776,00	238.930.776,00	81.623.571,89	1,43
Receita Patrimonial	81.022.320,00	132.348.916,38	51.326.596,38	0,90
Receitas de Serviços	123.518.842,00	128.242.502,63	4.723.660,63	0,08
Transferências Correntes	2.493.558.006,00	2.523.873.349,79	30.315.343,79	0,53
Outras Receitas Correntes	199.750.500,00	305.271.544,59	105.521.044,59	1,85
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-638.410.000,00	-731.797.475,71	-93.387.475,71	-1,64
Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB	-638.410.000,00	-731.797.475,71	-93.387.475,71	-1,64
RECEITA DE CAPITAL	74.337.556,00	49.983.452,56	-24.354.103,44	-0,43
Operações de Créditos	3.838.556,00	40.600.000,00	36.761.444,00	0,64
Alienação de Bens	0,00	150.300,00	150.300,00	0,00
Amortização de Empréstimos	33.000,00	5.782,12	-27.217,88	0,00
Transferências de Capital	70.466.000,00	9.227.370,44	-61.238.629,56	-1,07
RECEITAS CORRENTES (Intra-Orçamentária)	99.903.000,00	227.914.694,60	128.011.694,60	2,24
Contribuições para o RPPS	99.903.000,00	227.914.694,60	128.011.694,60	2,24
RECEITA TOTAL LÍQUIDA	5.200.000.000,00	5.706.554.025,10	506.554.025,10	8,88

A arrecadação total do conjunto de receitas do Estado de Rondônia no exercício de 2011, deduzindo o montante de R\$ 227.914.694,60 relativos às Receitas Intra-orçamentárias, foi de R\$ 6.388.368.048,25. A Receita Total Arrecadada foi de R\$ 6.438.351.500,81, quando



excluimos a Receita para Formação do FUNDEB na importância de R\$ 731.797.475,75, encontramos a Receita Líquida de R\$ 5.706.554.025,10, demonstrada no quadro abaixo.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ARRECADADA 2010/2011

FONTE	2010	%	2011	%
RECEITAS CORRENTES (Orçamentária)	5.087.412.700,24	94,07	6.160.453.353,65	95,68
RECEITAS CORRENTES (Intra-Orçamentária)	160.696.903,88	2,97	227.914.694,60	3,54
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	5.248.109.604,12	97,04	6.388.368.048,25	99,22
RECEITA DE CAPITAL	160.232.527,98	2,96	49.983.452,56	0,78
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	5.408.342.132,10	100	6.438.351.500,81	100
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE/FUNDEB	(620.355.404,19)	11,47	(731.797.475,75)	11,37
RECEITA LÍQUIDA	4.787.986.727,91	88,53	5.706.554.025,10	88,63

RECEITAS CORRENTES

Conforme demonstrativo da receita, esse grupo representa a principal categoria econômica na matriz das receitas estaduais. No ano de 2011, as Receitas Correntes Orçamentária participaram com o percentual de 95,68% do total geral das receitas, correspondentes à R\$ 6.160.453.353,65, as receitas correntes contribuíram de forma significativa para o resultado final alcançado. Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se um crescimento nominal de 21,09%, equivalente ao valor de R\$ 1.073.040.653,41.

Dentro das Receitas Correntes, a Receita Tributária é a que concentra maior volume de recursos, oriunda da cobrança dos tributos pagos pela sociedade, incidentes sobre suas atividades, suas rendas e seus benefícios diretos e imediatos recebidos.

As principais fontes de arrecadação do Estado são: ICMS e FPE, com os montantes de R\$ 2.485.153.796,65 e R\$ 1.691.830.424,54, respectivamente, o que correspondem a 43,93% e 29,91% das Receitas Correntes ou 43,55% e 29,65% da Receita Total, ou ainda, representando assim, cerca de 73,20% da Receita Geral Realizada no exercício.

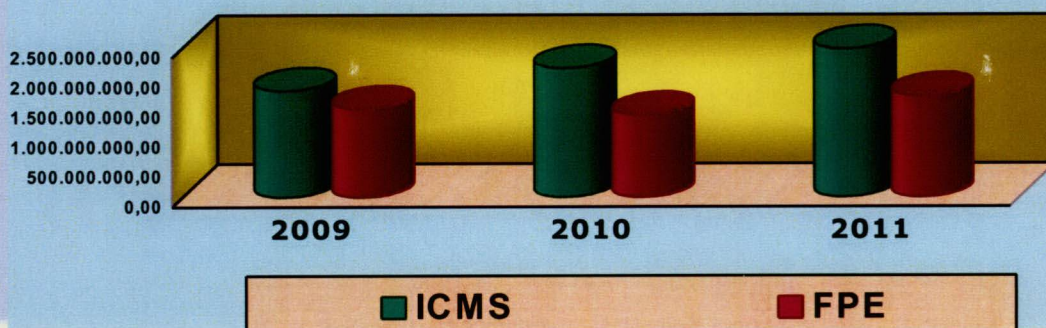
Apresentamos a seguir a evolução do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e



de Comunicação, também chamado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e o Fundo de Participação dos Estados – FPE, no triênio/2009-2011:

FONTE	EXERCÍCIOS		
	2009	2010	2011
ICMS	1.783.706.828,11	2.163.250.521,35	2.485.153.796,65
FPE	1.274.284.648,44	1.373.453.079,30	1.691.830.424,54

Demonstração gráfica da variação das receitas relevantes do Estado, no triênio 2009/2011.



RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital têm na sua composição as fontes de recursos que geram contrapartida passiva, como aumento da dívida, diminuição de patrimônio ou mudança de natureza patrimonial. No exercício de 2011, esta categoria econômica representou 0,78% da arrecadação total do Estado.

Ao comparar com o mesmo período do ano anterior, consta uma variação de 68,81%, correspondendo a uma diminuição na arrecadação na ordem de R\$ 110.249.075,42.

FONTE	2010	2011
RECEITA DE CAPITAL	160.232.527,98	49.983.452,56
Operações de Créditos	115.670.124,81	40.600.000,00
Alienação de Bens	0,00	150.300,00
Amortização de Empréstimos	27.728,65	5.782,12
Transferências de Capital	44.534.674,52	9.227.370,44



Controladoria
Geral do Estado



EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE NO BIÊNIO DE 2010/2011

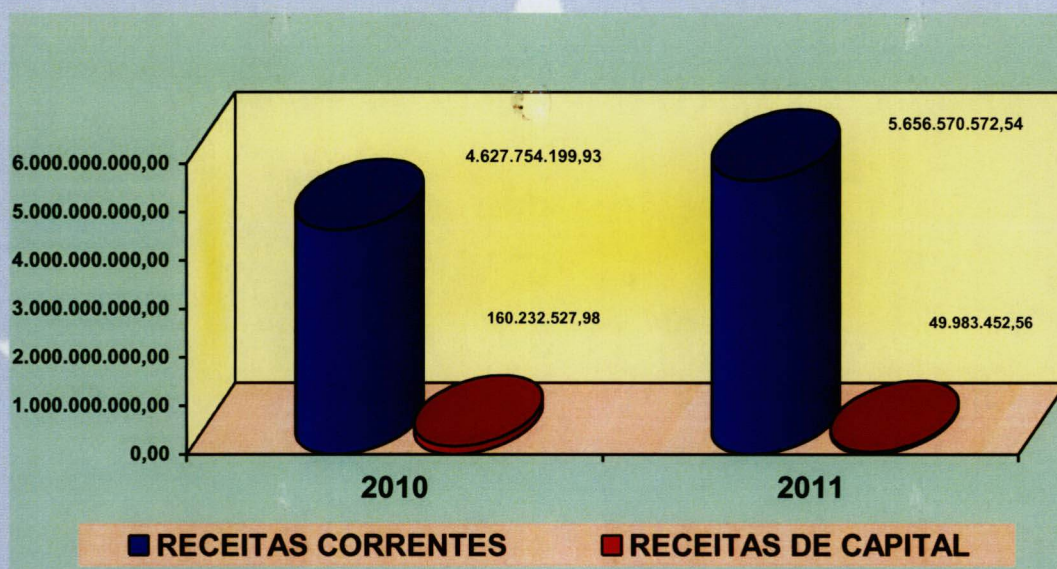
FONTE/CATEGORIA ECONÔMICA	2010		2011	
	R\$	%	R\$	%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4.627.754.199,93	96,65	5.656.570.572,54	99,12
RECEITAS CORRENTES (Orçamentária)	4.467.057.296,05	93,30	5.428.655.877,94	95,13
Tributária	2.473.217.810,23	51,65	2.831.786.692,37	49,62
ICMS	2.163.250.521,35	45,18	2.485.153.796,65	43,55
IPVA	110.225.930,34	2,30	119.760.294,42	2,10
IRRF	144.561.010,35	3,02	167.727.471,91	2,94
Outras	55.180.348,19	1,15	59.145.129,39	1,04
Contribuições	125.718.277,70	2,63	238.930.347,89	4,19
Patrimonial	83.018.960,60	1,73	132.348.916,38	2,32
Serviços	115.639.948,23	2,42	128.242.502,63	2,25
Transferências Correntes	2.069.202.006,51	43,22	2.523.873.349,79	44,23
FPE	1.373.453.079,30	28,69	1.691.830.424,54	29,65
Outras Transferências Correntes	695.748.927,21	14,53	832.042.925,25	14,58
Outras Receitas Correntes	220.615.696,97	4,61	305.271.544,59	5,35
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	(620.355.404,19)	(12,96)	(731.797.475,71)	(12,82)
RECEITAS CORRENTES (Intra-Orçamentária)	160.696.903,88	3,36	227.914.694,60	3,99
Contribuições para o RPPS	160.696.903,88	3,36	227.914.694,60	3,99
RECEITAS DE CAPITAL	160.232.527,98	3,35	49.983.452,56	0,88
Operações de Crédito	115.670.124,81	2,42	40.600.000,00	0,71
Alienação de bens	0,00	0,00	150.300,00	0,00
Amortização de Empréstimos	27.728,65	0,01	5.782,12	0,00
Transferências de Capital	44.534.674,52	0,93	9.227.370,44	0,16
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	4.787.986.727,91	100	5.706.554.025,10	100



Controladoria
Geral do Estado



GRÁFICO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE / BIÊNIO DE 2011/2010



3.1.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A Dotação Inicial, em 2011, foi no valor de R\$ 5.200.000.000,00, sendo atualizada para R\$ 5.938.595.342,58 e as despesas executadas totalizaram R\$ 5.438.780.062,00, logo houve uma economia orçamentária, no valor de R\$ 499.815.280,58, em relação à dotação atualizada.

A seguir, demonstramos por categoria econômica, a representatividade de cada grupo de despesa, biênio de 2011/2010:

CATEGORIA ECONÔMICA	2010		2011	
	VALOR R\$	%	VALOR R\$	%
DESPESAS CORRENTES	4.065.844.380,06	84,66	4.732.333.163,55	87,01
Pessoal e Encargos Sociais	2.012.486.848,90	41,91	2.412.019.392,26	44,35
Juros e Encargos da Dívida	113.759.073,58	2,37	125.885.294,43	2,31
Outras Despesas Correntes	1.939.598.457,58	40,39	2.194.428.476,86	40,35
DESPESAS DE CAPITAL	736.567.104,21	15,34	706.446.898,45	12,99
Investimentos	602.173.583,77	12,54	484.666.575,77	8,91
Inversões Financeiras	914.182,59	0,02	23.622.345,00	0,43
Amortizações da Dívida	133.479.337,85	2,78	198.157.977,68	3,64
TOTAL GERAL	4.802.411.484,27	100	5.438.780.062,00	100



Controladoria
Geral do Estado

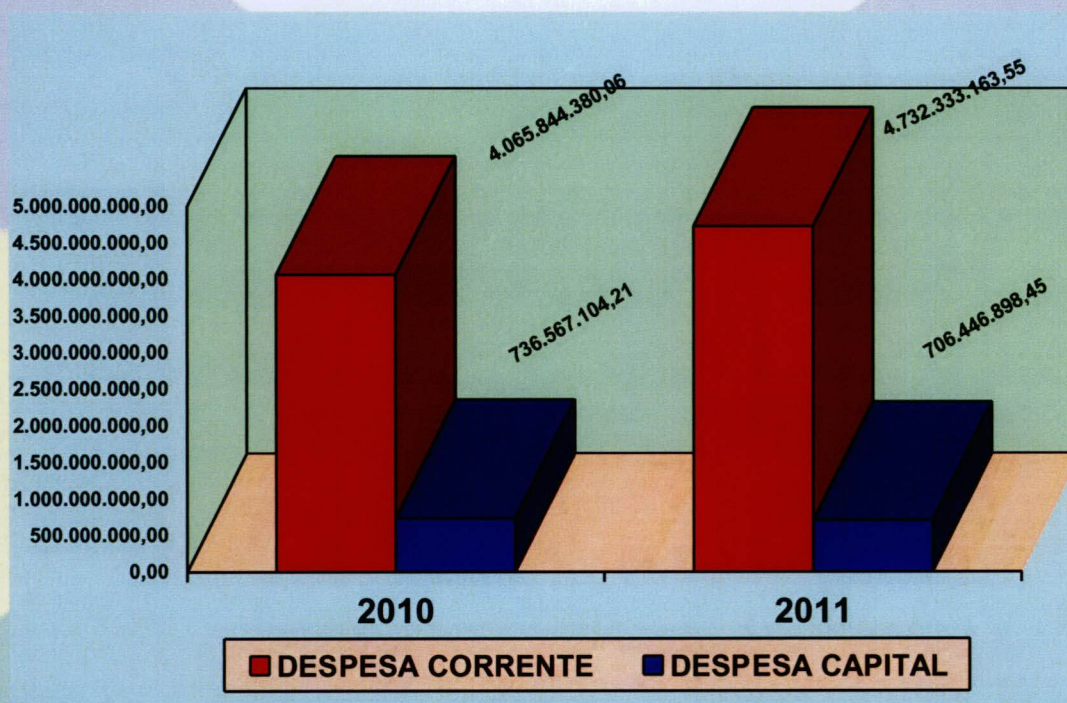


GOVERNO DE
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

Destaca-se na tabela acima o crescimento da despesa em 2011 em relação a 2010, na ordem de R\$ 636.368.577,73 que em termos percentuais representa 13,25% do valor total da Despesa Empenhada.

O crescimento supracitado é reflexo da fase de pleno desenvolvimento pela qual passa o Estado de Rondônia, uma vez que houve uma migração de pessoas de várias regiões, principalmente do Nordeste, por conta, sobretudo da construção das Usinas e a Ponte sobre o Rio Madeira entre outros, acarretando o crescimento populacional. Portanto, é perfeitamente compreensível uma maior demanda na aplicação de recursos públicos no decorrer do exercício em análise.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DESPESA REALIZADA NO BIÊNIO DE 2010/2011



Em análise à tabela anterior observa-se o equilíbrio entre os grupos "Pessoal e Encargos Sociais" e "Outras Despesas Correntes" cujos gastos são equivalentes; sendo que o primeiro representa 44,35% e o segundo 40,35% das despesas totais, significando dizer que para a manutenção e prestação do serviço público à população, se gasta o equivalente com salários e encargos.



Diante da assertiva acima, elaboramos de forma minuciosa a tabela contendo individualmente por Poder e Órgão o percentual de aplicação dos recursos destinados a Categoria Econômica “Despesas Correntes” nos grupos de Despesas “Pessoal e Encargos” e “Outras Despesas Correntes”.

ÓRGÃOS	PESSOAL E ENCARGOS %	OUTRAS DESPESAS CORRENTES %
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	68,88	31,12
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDONIA	78,63	21,37
TRIBUNAL DE JUSTICA	84,77	15,53
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	90,80	9,20
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	66,21	33,79
SUPERINTENDENCIA EST DE COMPRAS E LICITACAO	83,81	16,19
COORDENADORIA DE APOIO A GOVERNADORIA	44,00	56,00
SEC. DE EST. DE PLANEJAMENTO E COORD. GERAL	32,66	67,34
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS	85,38	14,62
DEPART DE EST DE ROD E TRANSP DO ESTADO	47,47	52,53
DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO	83,62	16,38
SEC.DE EST.DA SEGUR.E DEFESA E DA CIDADANIA	83,84	16,16
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	43,43	56,57
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	69,43	30,57
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	47,55	52,45
FUNDACAO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	60,59	39,47
CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	52,40	47,60
AGENCIA ESTADUAL DE VIGILANCIA EM SAUDE	60,22	39,78
SECRETARIA DE EST.DE DESENV.AMBIENTAL - SEDAM	71,87	28,13
SEC. DE EST. DO DESENV. ECONOMICO E SOCIAL	32,52	67,48
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	42,18	57,82
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDONIA	61,83	38,17
SECRETARIA DE ESTADO DOS ESPORTES DA CULTURA	12,17	87,83
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA	55,66	44,34
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO	84,46	16,54
INSTITUTO DE PREVID. DOS SERVID. PUB. EST. RO	53,79	46,21
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇAO SOCIAL	40,55	59,45
SEC. DE EST. DA AGRIC., PEC E REG. FUND.	7,93	92,07
AG.DE DEFESA AGROSILVOPASTORIL	64,85	35,15
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA	82,08	17,92
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA	79,25	20,75



Controladoria
Geral do Estado



DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

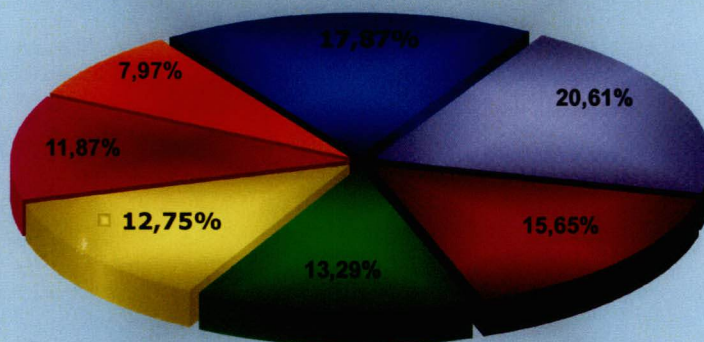
Demonstraremos no quadro a seguir a execução de despesa do exercício de 2011 segundo as funções de governo, classificadas conforme a Portaria nº. 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO				
FUNÇÃO	PROJETO	ATIVIDADE	TOTAIS	%
01- Legislativa	12.567.869,59	206.053.016,75	218.620.886,34	4,02
02- Judiciária	24.264.990,38	409.187.247,98	433.452.238,36	7,97
03- Essencial a Justiça	5.291.865,54	175.617.872,88	180.909.738,42	3,33
04- Administração	71.059.391,54	574.365.879,74	645.425.271,28	11,87
06- Segurança Pública	45.378.614,71	677.644.138,74	723.022.753,45	13,29
08- Assistência Social	12.139.425,43	19.655.761,30	31.795.186,73	0,58
09- Previdência Social	0,00	204.389.919,17	204.389.919,17	3,76
10- Saúde	16.899.176,54	676.621.419,67	693.520.596,21	12,75
11- Trabalho	0,00	1.933.229,44	1.933.229,44	0,04
12- Educação	339.156,72	851.004.966,70	851.344.123,42	15,65
13- Cultura	13.160.925,95	112.913,70	13.273.839,65	0,24
15- Urbanização	6.625.723,73	0,00	6.625.723,73	0,12
17- Saneamento	3.072.806,37	0,00	3.072.806,37	0,06
18- Gestão Ambiental	285.680,00	28.851.495,05	29.137.175,05	0,54
19- Ciências e Tecnologia	40.203,77	804.879,88	845.083,65	0,02
20- Agricultura	26.084.740,52	74.463.908,08	100.548.648,60	1,85
23- Comércio e Serviços	1.484.345,49	10.260.667,37	11.745.012,86	0,22
25- Energia	0,00	298.806,46	298.806,46	0,01
26- Transporte	61.202.924,91	102.737.691,80	163.940.616,71	3,01
27- Desporto e Lazer	4.020.428,61	0,00	4.020.428,61	0,07
28- Encargos Especiais	0,00	1.120.857.977,49	1.120.857.977,49	20,61
TOTAL GERAL	303.918.269,80	5.134.861.792,20	5.438.780.062,00	100



Vejamos como se comporta a Despesa por função no gráfico:

**COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA
POR FUNÇÃO 2011**



■ Encargos Especiais	■ Educação	■ Segurança Pública
■ Saúde	■ Administração	■ Judiciária
■ Outras		

Analisando a tabela e gráfico relativo a despesa por funções, observamos que, no exercício de 2011 a função de governo em que ocorreu a maior aplicação de recursos foi "Encargos Especiais" (20,61%), função esta que consigna, dentre outras, as despesas com contratos de financiamentos e subcontratos de refinanciamento existentes no Estado. Seguidamente vem a função "Educação" com (15,65%), "Segurança Pública" com (13,29%), "Saúde" com (12,75%), "Administração" com (11,87%), "Judiciária" com (7,97%), e o restante perfaz o índice de (17,86%).



Controladoria
Geral do Estado



Vejamos a seguir o comparativo da despesa por função, no biênio de 2011/2010.

FUNÇÃO	2010		2011	
	VALOR R\$	%	VALOR R\$	%
01- Legislativa	181.247.745,62	3,77	218.620.886,34	4,02
02- Judiciária	343.699.167,78	7,16	433.452.238,36	7,97
03- Essencial a Justiça	154.821.901,47	3,22	180.909.738,42	3,33
04- Administração	550.857.463,91	11,47	645.425.271,28	11,87
06- Segurança Pública	634.200.262,46	13,21	723.022.753,45	13,29
08- Assistência Social	7.011.042,14	0,15	31.795.186,73	0,58
09- Previdência Social	217.632.784,12	4,53	204.389.919,17	3,76
10- Saúde	606.900.336,39	12,64	693.520.596,21	12,75
11- Trabalho	1.969.315,62	0,04	1.933.229,44	0,04
12- Educação	739.783.600,86	15,40	851.344.123,42	15,65
13- Cultura	2.115.698,47	0,04	13.273.839,65	0,24
14- Direitos da Cidadania	797.569,00	0,02	0,00	0,00
15- Urbanização	3.852.083,00	0,07	6.625.723,73	0,12
17- Saneamento	199.620,87	0,01	3.072.806,37	0,06
18- Gestão Ambiental	28.249.682,94	0,59	29.137.175,05	0,54
19- Ciência e Tecnologia	301.709,32	0,01	845.083,65	0,02
20- Agricultura	89.392.326,07	1,86	100.548.648,60	1,85
23- Comércio e Serviços	5.068.481,26	0,11	11.745.012,86	0,22
25- Energia	2.013.299,93	0,04	298.806,46	0,01
26- Transporte	270.642.579,27	5,64	163.940.616,71	3,01
27- Desporto e Lazer	571.783,94	0,01	4.020.428,61	0,07
28- Encargos Especiais	961.083.029,84	20,01	1.120.857.977,49	20,61
TOTAL GERAL	4.802.411.484,28	100	5.438.780.062,00	100

Apresentamos a seguir, tabela e gráfico, com a participação das principais funções na despesa empenhada pelo Estado de Rondônia no ano de 2011, cabendo, ainda, um comparativo com o exercício de 2010. As funções não indicadas individualmente se encontram agrupadas no item "Demais Funções".



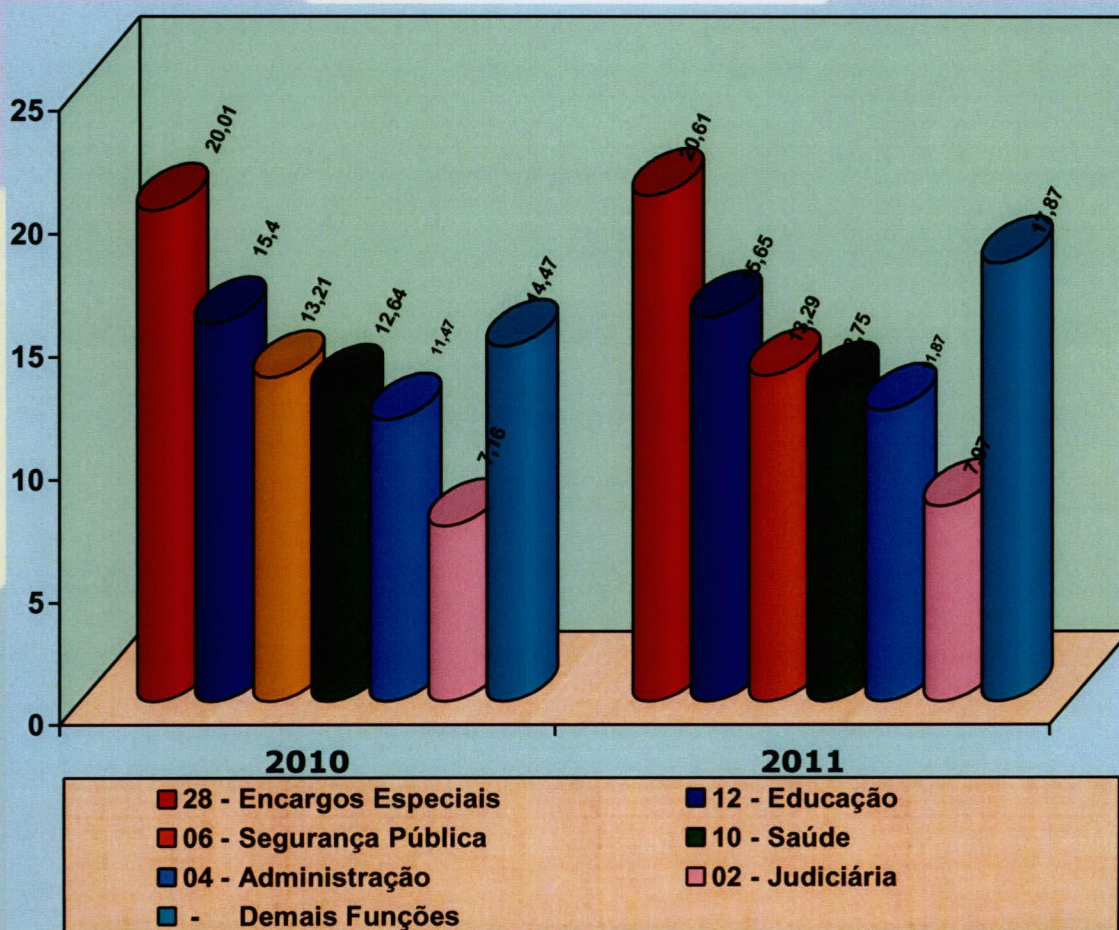
Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DE
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

RESUMO DAS FUNÇÕES QUE MAIS SE DESTACARAM

FUNÇÕES	2010 (%)	2011 (%)
28 - Encargos Especiais	20,01	20,61
12 - Educação	15,40	15,65
06 - Segurança Pública	13,21	13,29
10 - Saúde	12,64	12,75
04 - Administração e Planejamento	11,47	11,87
02 - Judiciária	7,16	7,97
- Demais Funções	14,47	17,87
TOTAL	100	100





Encargos Especiais – Essa função engloba as despesas em relação às quais não possam associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente. Nela se encontram as transferências constitucionais e os encargos e amortização da dívida que juntos somam R\$ 1.096.215.344,69, que em termos percentuais corresponde a 97,80% do gasto total da função, sendo R\$ 324.043.272,11 de Serviço da Dívida Interna e R\$ 772.172.072,58 de Transferências aos Municípios, correspondendo a 29,56% e 70,44% respectivamente;

Educação – Nessa função a maioria dos gastos foi executado no ensino fundamental, no valor de R\$ 838.650.797,97, representando 98,51% do total da função;

Segurança Pública - Nessa função foi gasto a importância de R\$ 723.022.753,45, que corresponde 13,29% sobre os gastos totais, sendo que, o maior volume de recursos foi gasto com Policiamento, objetivando a redução da violência no Estado de Rondônia, o montante de R\$ 530.621.784,03, que representa 73,39% do total da função;

Saúde – Foram gastos R\$ 693.520.596,21. A representatividade sobre os gastos totais foi de 12,75%. Os gastos mais expressivos dessa função foram: Apoio Administrativo e Assistência Hospitalar e Ambulatorial com R\$ 380.018.338,93 e R\$ 154.403.596,46, que em termos percentuais correspondem a 54,80% e 22,26%, respectivamente;

Administração – Essa função representa o giro da máquina administrativa, o Governo do Estado gastou a importância de R\$ 645.425.271,28, que corresponde a 11,87% sobre os gastos totais, nela se destaca como gasto mais relevante na sub-função administração geral R\$ 590.187.219,60 onde englobam os programas apoio administrativo R\$ 414.110.390,41; e

Judiciária - Foram gastos R\$ 433.452.238,36, o qual representa 7,97% sobre os gastos totais em 2011, destacamos como gasto mais relevante na sub-função administração geral na importância de R\$ 357.216.557,58.

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DAS DESPESAS

O quadro a seguir mostra o detalhamento da despesa por categoria econômica e grupo de natureza das despesas, comparando o percentual empenhado em relação ao autorizado, bem como a composição do valor empenhado.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA DE DESPESA EM 2011

CATEGORIA/GRUPO	AUTORIZADO	EMPENHADO	EXEC. ORÇ. %	PARTICIPAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	4.959.976.526,73	4.732.333.163,55	95,41	87,01
Pessoal e Encargos Sociais	2.448.541.183,67	2.412.019.392,26	98,51	44,35
Juros e Encargos da Dívida	127.325.000,01	125.885.294,43	98,87	2,31
Outras Despesas Correntes	2.384.110.343,05	2.194.428.476,86	92,04	40,35
DESPESAS DE CAPITAL	978.618.815,85	706.446.898,45	72,19	12,99
Investimentos	659.580.830,85	484.666.575,77	73,48	8,91
Inversões Financeiras	37.677.506,00	23.622.345,00	62,70	0,43
Amortização de Dívida	200.360.479,00	198.157.977,68	98,90	3,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	81.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	5.938.595.342,58	5.438.780.062,00	91,58	100

Comparando-se, inicialmente, o total empenhado, no valor de R\$ 5.438.780.062,00, com o montante autorizado, no valor de R\$ 5.938.595.342,58, verifica-se que o percentual de execução foi de 91,58%.

Nas Despesas Correntes atingiram um percentual de execução de 95,41%, ao passo que as Despesas de Capital alcançaram 72,19%, tudo em relação a Despesa Autorizada.

Permite identificar ainda, que as Despesas Correntes, as quais representam essencialmente os gastos necessários à manutenção dos serviços públicos, incluindo pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, respondem por 87,01% do total dos gastos efetuados no exercício, sendo que os gastos com pessoal e encargos sociais representam 44,35%.

No que se refere às Despesas de Capital, as quais constituem desembolsos vinculados à expansão das atividades do Estado representando 12,99% do total das despesas. É importante destacar nesta categoria os Investimentos que representam 8,91% do total dos dispêndios, contudo as Inversões Financeiras apresentam a execução orçamentária mais baixa de todos os grupos, apenas com 62,70%.



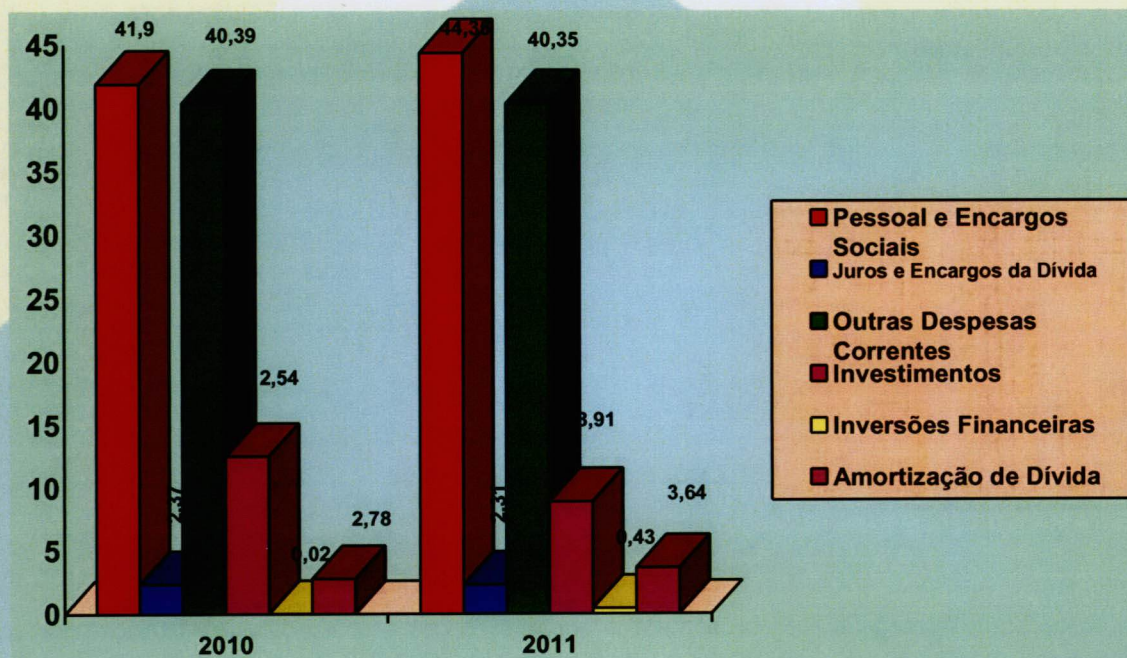
Controladoria
Geral do Estado



O Detalhamento do quadro abaixo demonstra o comparativo das despesas empenhadas no exercício 2010/2011, por categoria econômica e grupo de despesa e o percentual de participação dos grupos de despesas em relação a cada categoria.

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %
	EMPENHADO		EMPENHADO	
DESPESAS CORRENTES	4.065.844.380,06	84,66	4.732.333.163,55	87,01
Pessoal e Encargos Sociais	2.012.486.848,90	41,90	2.412.019.392,26	44,35
Juros e Encargos da Dívida	113.759.073,58	2,37	125.885.294,43	2,31
Outras Despesas Correntes	1.939.598.457,58	40,39	2.191.970.003,65	40,35
DESPESAS DE CAPITAL	736.567.104,21	15,34	706.446.898,45	12,99
Investimentos	602.173.583,77	12,54	484.666.575,77	8,91
Inversões Financeiras	914.182,59	0,02	23.622.345,00	0,43
Amortização de Dívida	133.479.337,85	2,78	198.157.977,68	3,64
TOTAL GERAL	4.802.411.484,27	100	5.438.780.062,00	100

GRÁFICO DO COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA
BIÊNIO 2010/2011





DESPESAS CORRENTES

Nas Despesas Correntes estão agrupados os vários detalhamentos pertinentes às despesas de custeio das entidades do setor público e aos custos de manutenção de suas atividades, tais como os referentes aos vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, à compra de matérias primas e bens de consumo, aos serviços de terceiros e outros. Em 2011, esta categoria econômica agregou 84,66% das despesas empenhadas pelo Estado, atingindo o montante de R\$ 4.578.904.665,92.

Nesta categoria classificam-se todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

A categoria econômica das Despesas Correntes compreende três grupos de natureza de despesa que, por sua vez, agregam elementos com as mesmas características do objeto de gasto, conforme relacionados a seguir:

- 1- Pessoal e Encargos;
- 2- Juros e Encargos da Dívida;
- 3- Outras Despesas Correntes.

Verificando o demonstrativo abaixo podemos perceber que nos exercícios de 2010 e 2011, houve uma regularidade no comportamento dos grupos de despesa em relação a sua categoria econômica.

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %
	EMPENHADO		EMPENHADO	
DESPESAS CORRENTES	4.065.844.380,06	100	4.578.904.665,92	100
Pessoal e Encargos Sociais	2.012.486.848,90	49,50	2.261.049.367,84	49,38
Juros e Encargos da Dívida	113.759.073,58	2,80	125.885.294,43	2,75
Outras Despesas Correntes	1.939.598.457,58	47,70	2.191.970.003,65	47,87

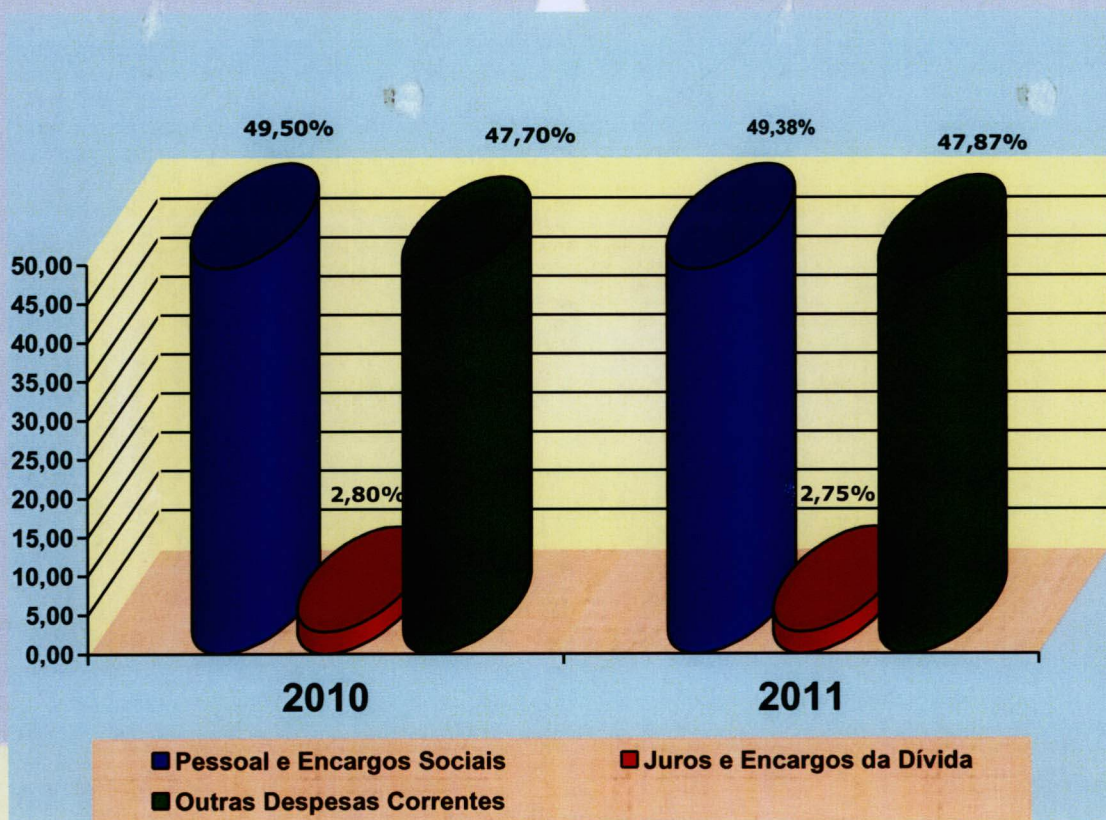
O gráfico a seguir demonstra o comportamento nos exercícios 2010 e 2011 da participação percentual de cada um dos grupos na composição das Despesas Correntes:



Controladoria
Geral do Estado



COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES – 2011



Após a apresentação do gráfico, demonstramos por Poder e Órgão os gastos por grupo de despesa e sua participação percentual em relação o total da categoria econômica.

PODER / ÓRGÃO	TOTAL DESPESA CORRENTE	PESSOAL E ENCARGOS	PART. %	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	PART. %
PODER EXECUTIVO	3.972.300.812,63	1.799.608.598,54	45,30	2.048.674.496,08	51,57
PODER LEGISLATIVO	206.368.549,88	148.167.457,13	71,80	56.333.516,33	27,30
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	131.464.432,23	89.268.561,96	67,90	40.328.293,85	30,68
TRIBUNAL DE CONTAS	74.904.117,65	58.898.895,17	78,63	16.005.222,48	21,37
PODER JUDICIÁRIO	409.184.104,25	345.654.532,95	84,77	63.529.571,30	15,53
MINISTÉRIO PÚBLICO	144.479.696,79	118.588.803,64	82,08	25.890.893,15	17,92
TOTAL	4.732.333.163,55	2.412.019.392,26	50,97	2.194.428.476,86	46,37

O demonstrativo a seguir apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), tendo como objetivo principal servir de parâmetro para os limites da despesa total com pessoal.



Controladoria
Geral do Estado



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ESPECIFICAÇÃO	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11
RECEITAS CORRENTES (I)	499.303.939,60	483.148.484,78	444.336.074,88	456.024.913,42	495.329.635,48	519.400.735,24
Receita Tributária	236.483.624,44	211.502.769,85	208.195.762,93	209.503.952,02	228.947.037,15	237.336.331,85
ICMS	219.168.448,48	184.838.768,47	177.013.514,73	184.758.803,59	199.401.057,16	213.678.601,62
IPVA	5.732.033,28	9.109.331,26	10.003.104,67	9.913.469,50	11.200.249,93	5.240.687,68
IRRF	8.262.784,03	12.571.885,40	16.672.457,55	8.805.081,32	11.999.524,35	12.674.099,96
ITCD	352.945,83	537.386,90	315.567,41	487.279,62	328.406,50	274.320,92
TAXAS	2.967.412,82	4.445.397,82	4.191.118,57	5.539.317,99	6.017.799,21	5.468.621,67
Receita de Contribuições	12.612.606,45	13.319.462,04	12.508.320,75	8.024.315,29	8.497.853,43	16.150.749,88
Receita Patrimonial	4.008.680,29	8.958.560,39	9.379.460,77	8.311.100,93	5.819.163,16	13.037.095,49
Receita de Serviços	8.361.844,50	11.424.407,56	11.602.199,18	10.464.707,34	11.831.005,97	11.754.678,76
Transferências Correntes	221.245.564,26	223.925.557,09	161.280.300,52	229.193.370,96	224.435.221,28	225.879.783,45
Cota-Parte do FPE	153.604.630,84	165.486.472,76	108.032.930,72	143.197.305,25	164.360.542,76	148.346.967,82
Transferências da LC 61/1989	684.472,29	643.885,70	472.946,44	638.897,85	538.442,65	595.255,33
Outras Transferências Correntes	18.277.521,82	11.493.263,18	14.158.609,16	42.715.428,14	11.686.144,23	28.218.177,49
Transferências da LC. 87/1996	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06
Transferências do FUNDEB	48.374.995,25	45.997.991,39	38.311.870,14	42.337.795,66	47.546.147,58	48.415.438,75
Outras Receitas Correntes	16.591.619,66	14.017.727,85	41.370.030,73	-9.472.533,12	15.799.354,49	15.242.095,81
DEDUÇÕES (II)	-137.938.498,64	-127.458.049,75	-112.850.017,80	-119.768.317,12	-129.806.219,95	-136.213.944,47
Transferências Constitucionais e Legais	-60.253.057,70	-51.655.138,32	(50.346.814,65)	-53.741.443,20	(56.839.514,45)	-56.867.752,48
Transf. a Munic. Cota Parte CIDE	-1.699.422,22	0,00	0,00	-1.707.193,06	0,00	0,00
Transf. a Munic. Cota Parte ICMS	-55.425.705,44	-46.853.393,73	-45.146.921,13	-46.823.259,81	-50.626.749,64	-54.019.613,40
Transf. a Munic. Cota Parte IPI	-171.118,08	-160.971,43	-118.236,61	-177.719,06	-134.610,66	-148.813,83
Transf. a Munic. Cota Parte IPVA	-2.956.811,96	-4.640.773,16	-5.081.656,91	-5.033.271,27	-6.078.154,15	-2.699.325,25
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-65.072.834,49	-62.483.449,39	-49.994.882,40	-58.002.558,63	-64.468.852,07	-63.195.442,11
Dedução Prev. RPPS e Seg. Próprio Prev.	-12.612.606,45	-13.319.462,04	(12.508.320,75)	(8.024.315,29)	(8.497.853,43)	(16.150.749,88)
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	-1.176.378,37	-245.252,99	0,00	-273,00	0,00	0,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	-2.901.365,42	-1.597.024,18	-1.673.298,00	-1.581.334,34	-1.769.854,48	-1.803.256,82
Contrib. Plano Seg. Social Servidor Civil	-8.534.862,66	-11.477.184,87	-10.835.022,75	-6.442.707,95	-6.727.998,95	-14.347.493,06
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	361.365.440,96	355.690.435,03	331.486.057,08	336.256.596,30	365.523.415,53	383.186.790,77



Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DO
RONDÔNIA
O ESTADO DA COOPERAÇÃO

Continuação

ESPECIFICAÇÃO	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	Total (Ult.12 Meses)	Prev. Atualiz. 2011
RECEITAS CORRENTES(I)	492.708.986,73	529.239.245,46	510.488.393,09	504.632.081,35	636.285.356,97	586.329.260,55	6.157.227.107,55	6.049.367.385,00
Receita Tributária	253.119.476,00	250.834.673,52	246.331.192,01	244.162.088,73	241.657.351,80	263.703.018,45	2.831.777.278,75	2.854.613.443,00
ICMS	225.157.192,93	222.005.432,64	213.097.637,67	202.231.684,89	217.070.962,27	226.731.692,20	2.485.153.796,65	2.524.726.520,00
IPVA	8.522.868,34	10.658.596,62	11.792.108,56	20.972.612,94	8.738.254,06	7.867.563,96	119.750.880,80	121.873.000,00
IRRF	13.354.829,63	12.292.061,40	16.043.360,22	16.488.037,16	9.863.102,93	28.700.247,96	167.727.471,91	100.348.000,00
ITCD	511.141,67	431.060,25	231.669,25	277.407,52	417.585,98	446.095,07	4.610.866,92	5.670.000,00
TAXAS	5.573.443,43	5.447.522,61	5.166.416,31	4.192.346,22	5.567.446,56	-42.580,74	54.534.262,47	101.995.923,00
Receita de Contribuições	14.298.788,33	10.298.938,71	11.808.822,13	14.885.304,77	80.601.873,65	32.697.066,36	235.704.101,79	157.306.776,00
Receita Patrimonial	9.637.699,75	20.627.435,20	10.797.312,22	12.570.559,95	18.334.666,64	10.867.181,59	132.348.916,38	81.086.158,00
Receita de Serviços	7.905.795,80	10.352.966,34	12.046.943,68	9.937.376,64	9.943.565,63	12.617.011,23	128.242.502,63	124.353.842,00
Transferências Correntes	193.200.153,42	187.780.442,91	196.392.296,84	207.300.408,34	212.132.992,76	241.107.257,96	2.523.873.349,79	2.607.525.014,00
Cota-Parte do FPE	126.195.176,62	130.172.580,89	103.920.884,83	136.596.664,43	144.298.139,48	167.618.128,14	1.691.830.424,54	1.773.108.000,00
Transferências da LC 61/1989	584.990,40	587.024,54	544.187,13	768.749,12	721.011,52	815.607,07	7.595.470,04	9.294.000,00
Outras Transferências Correntes	21.812.885,65	11.799.041,29	49.094.323,33	25.887.394,55	20.849.772,55	19.122.771,46	275.115.332,85	282.784.414,00
Transferências da LC. 87/1996	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06	303.944,06	3.647.328,72	3.647.000,00
Transferências do FUNDEB	44.303.156,69	44.917.852,13	42.528.957,49	43.743.656,18	45.960.125,15	53.246.807,23	545.684.793,64	538.691.600,00
Outras Receitas Correntes	14.547.073,43	49.344.788,78	33.111.826,21	15.776.342,92	73.614.906,49	25.337.724,96	305.280.958,21	224.482.152,00
DEDUÇÕES (II)	(138.020.706,97)	(133.097.020,23)	(74.006.006,11)	(73.895.330,37)	(143.258.377,69)	(350.312.760,72)	-676.625.249,82	(1.508.654.156,00)
Transf. Constitucionais e Legais	(63.436.460,52)	(61.806.751,91)	(6.866.162,37)	-	-	(247.310.576,72)	-709.123.672,32	(712.937.380,00)
Transf. a Munic. Cota Parte CIDE	-2.019.960,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.107.657,47	-7.534.232,89	-6.593.000,00
Transf. a Munic. Cota Parte ICMS	-56.943.304,32	-56.255.438,68	-5.951.613,85	0,00	0,00	-220.480.382,52	-638.526.382,52	-642.072.380,00
Transf. a Munic. Cota Parte IPI	-146.247,60	-146.756,13	-136.046,78	0,00	0,00	-576.341,92	-1.916.862,10	-2.323.500,00
Transf. a Munic. Cota Parte IPVA	-4.326.948,46	-5.404.557,10	-778.501,74	0,00	0,00	-24.146.194,81	-61.146.194,81	-61.948.500,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	-60.285.458,12	-60.991.329,61	-55.331.021,61	-59.010.025,60	-62.656.504,04	-70.305.117,64	-731.797.475,71	-638.410.000,00
Dedução Prev. RPPS e Seg. Próp. Prev.	(14.298.788,33)	(10.298.938,71)	(11.808.822,13)	(14.885.304,77)	(80.601.873,65)	(32.697.066,36)	-235.704.101,79	(157.306.776,00)
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	-615.722,96	-67.641,51	-75.322,47	-150.446,19	-2.331.037,49	0,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	-1.726.181,47	-1.727.260,94	-1.748.452,11	-1.736.344,95	-1.759.021,35	-5.847.370,76	-25.870.764,82	-7.300.000,00
Contrib. Plano Seg. Social Serv. Civil	-12.572.606,86	-8.571.677,77	-9.444.647,06	-13.081.318,31	-78.767.529,83	-26.699.249,41	-207.502.299,48	-150.006.776,00
REC. CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	354.688.279,76	396.142.225,23	436.482.386,98	430.736.750,98	493.026.979,28	236.016.499,83	4.480.601.857,73	4.540.713.229,00



Controladoria
Geral do Estado



3.1.5.1 DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

A Lei Complementar nº. 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Estadual durante o período de 12 meses não poderão exceder a 49% da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS		
	2009	2010	2011
Transferências a União	670.432,71	1.672.105,75	1.944.602,05
Transferências a Municípios	17.985,35	18.894,22	100.515,98
Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos	53.498,88	53.498,88	0,00
Aplicações Diretas	1.661.154.684,52	1.879.905.674,49	2.259.004.249,81
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	1.209.166.809,89	1.416.587.061,15	1.705.919.159,35
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Militar	165.732.867,48	197.492.426,76	230.131.952,81
Obrigações Patronais	37.757.778,81	38.271.382,34	44.045.975,11
Aposentadorias e Reformas	34.482.385,91	41.133.519,30	42.228.799,38
Pensões	8.324.490,33	9.087.886,97	10.043.830,30
Salário Família	32.641,31	42.395,33	35.212,23
Contratação por Tempo Determinado	41.685.523,58	45.783.269,26	56.387.657,27
Ressarcimento de Desp. c/Pessoal Requisitado	273.593,35	421.328,15	496.709,83
Sentenças Judiciárias	58.290.252,02	55.380.634,52	63.839.238,29
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	22.785.985,21	26.579.993,81	27.094.455,47
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	2.036.186,97	11.144.212,61	4.399.903,80
Despesas de Exercícios Anteriores	76.648.985,27	33.455.869,48	62.081.087,12
Indenizações e Restituições	3.937.184,39	4.525.694,81	12.300.268,85
Aplic. Diretas Décor. Oper. de Créditos	104.564.324,99	130.836.675,56	150.970.024,42
TOTAL GERAL	1.766.460.926,45	2.012.486.848,90	2.412.019.392,26
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, §1º da LRF)	138.876.421,68	93.362.198,81	138.220.594,26
DESPESA C/PESSOAL P/FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE	1.627.584.504,77	1.919.124.650,09	2.273.798.798,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.236.548.262,70	3.715.154.433,38	4.480.601.857,73
LIMITE MÁXIMO	1.941.928.957,62	2.229.092.660,03	2.688.361.114,64
LIMITE PRUDENCIAL	1.844.832.509,74	2.117.638.027,03	2.553.943.058,91



Controladoria
Geral do Estado



DESPESA NÃO COMPULTADAS PARA CÁLCULO DE PESSOAL (art.19, § 1º da LRF).

ELEMENTO DE DESPESA	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL DA DESPESA C/PESSOAL
319091	27.227.205,05	0,00	0,00	36.612.033,24	0,00	63.839.238,29
319092	3.802.549,29	934.050,46	4.986.100,81	26.023.916,13	26.334.470,43	62.081.087,12
319094	7.306.625,66	4.368.734,82	570.060,45	54.847,92	0,00	12.300.268,85
TOTAL	38.336.380,00	5.302.785,28	5.556.161,26	62.690.797,29	26.334.470,43	138.220.594,26

O Gasto Total com Pessoal e Encargos foi de R\$ 2.412.019.392,26, entretanto para o cálculo do índice por cada Poder e Órgãos excluem-se algumas despesas legalmente autorizadas conforme Seção II, Subseção I, da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, na ordem de R\$ 138.220.594,26, com esta diminuição temos uma Despesa Líquida de Pessoal e Encargos de R\$ 2.273.798.798,00 que corresponde a 50,75% sobre a Receita Corrente Líquida que foi de R\$ 4.480.601.857,73, portanto, dentro do limite estabelecido na Lei que é de 60% sobre a Receita Corrente Líquida.

Constata-se que o Poder Legislativo e o Ministério Público aplicaram a maior 0,06%, já o Poder Judiciário aplicou a maior 0,32%, período de janeiro a dezembro de 2011, somente o Poder Executivo está dentro do limite onde constatamos que houve uma economia de 9,69%, tudo em relação ao limite máximo.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL POR PODER

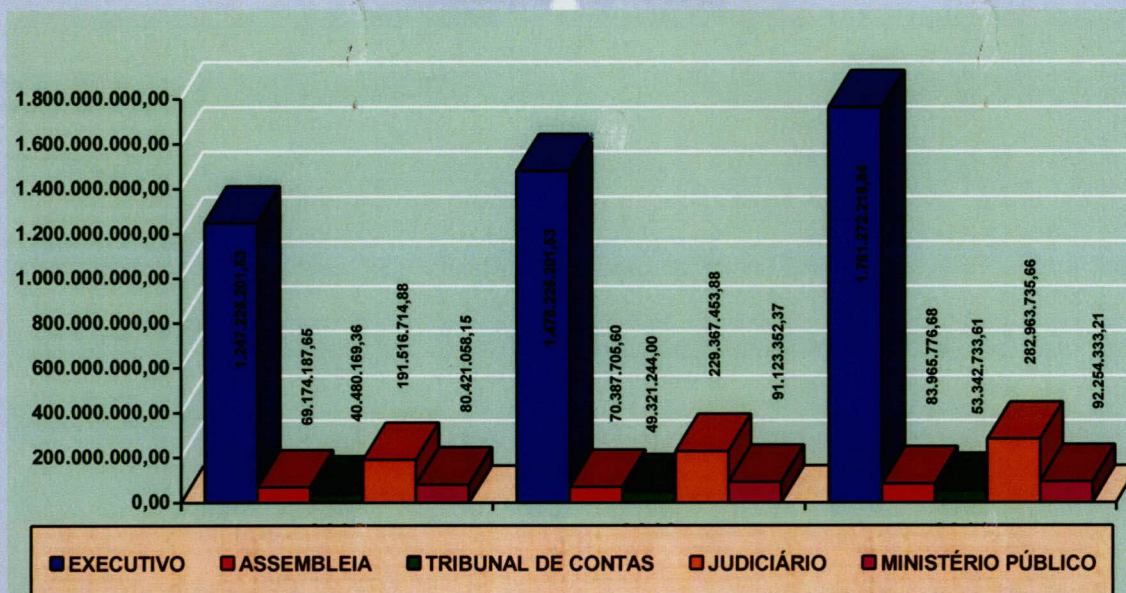
PODER / ÓRGÃO	DESPESA LIQUIDADADA	DEDUÇÕES	VALOR P/CÁLCULO	(%) Gasto	(%) LRF	(%) DIFERENÇA
PODER EXECUTIVO	1.799.608.598,54	38.336.379,70	1.761.272.218,84	39,31	49	(9,69)
PODER LEGISLATIVO	148.167.457,13	10.858.946,84	137.308.510,29	3,06	3	0,06
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	89.268.561,96	5.302.785,28	83.965.776,68	1,87	3	
TRIBUNAL DE CONTAS	58.898.895,17	5.556.161,56	53.342.733,61	1,19		
PODER JUDICIÁRIO	345.654.532,95	62.690.797,29	282.963.735,66	6,32	6	0,32
MINISTÉRIO PÚBLICO	118.588.803,64	26.334.470,43	92.254.333,21	2,06	2	0,06
TOTAL	2.412.019.392,26	138.220.594,26	2.273.798.798,00	50,75	60	(9,25)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			4.480.601.857,73			



Controladoria
Geral do Estado



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DESPESA COM PESSOAL POR PODER NO TRIÊNIO DE 2011/2009



JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Neste grupo estão registradas as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Em 2011, o Estado de Rondônia empenhou o montante de R\$ 125.885.294,43, o que significa um desembolso maior em R\$ 12.126.220,85 quando comparado com o ano anterior, que foi na ordem de R\$ 113.759.073,58.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Fazendo alusão às outras despesas correntes, em 2011, foi empenhado o montante de R\$ 2.194.428.476,86, que na comparação com o exercício anterior que foi de R\$ 1.939.598.457,58, significa um incremento nominal de 13,14%, correspondentes a R\$ 254.830.019,28, refletindo principalmente as transferências aos municípios no montante de R\$ 709.123.672,32, e as transferências ao FUNDEB que atingiram o total de R\$ 731.797.475,71.



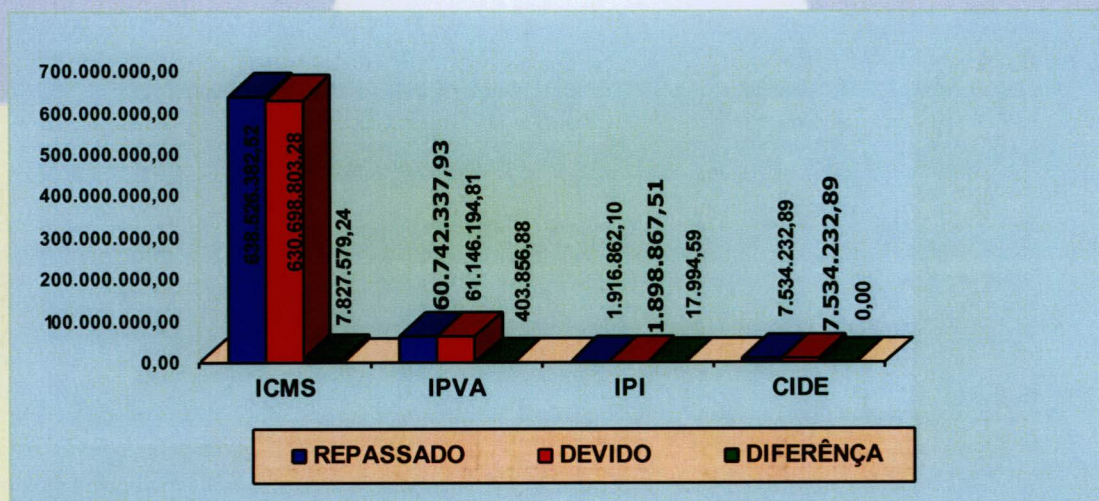
Controladoria
Geral do Estado



A seguir, demonstramos detalhadamente as Transferências aos Municípios no exercício de 2011:

TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS				
DESCRIMINAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	VALOR CONTABILIZADO	VALOR DEVIDO	DIFERENÇA
TOTAL ICMS	2.522.795.213,12	638.526.382,52	630.698.803,28	7.827.579,24
ICMS	2.485.153.796,65	638.526.382,52	621.288.449,16	7.827.579,24
ICMS S/DÍVIDA ATIVA	37.641.416,47		9.410.354,12	
TOTAL IPVA	121.484.675,86	61.146.194,81	60.742.337,93	403.856,88
IPVA	119.760.294,42	61.146.194,81	59.880.147,21	403.856,88
IPVA S/DÍVIDA ATIVA	1.724.381,44		862.190,72	
IPI	7.595.470,04	1.916.862,10	1.898.867,51	17.994,59
CIDE	30.136.931,57	7.534.232,89	7.534.232,89	0,00
TOTAL	2.682.012.290,59	709.123.672,32	700.874.241,61	8.249.430,71

Veja a representação gráfica das Transferências aos Municípios.



DESPESA DE CAPITAL

Classifica-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Compreendem as contas desdobradas em Transferências e Aplicações Diretas, de Despesas de Investimentos, Inversões Financeiras, Amortizações das Dívidas Interna e Externa e outras Despesas de Capital. No exercício de 2011, as Despesas de Capital atingiram o montante de R\$ 706.446.898,45, que demonstramos a seguir.

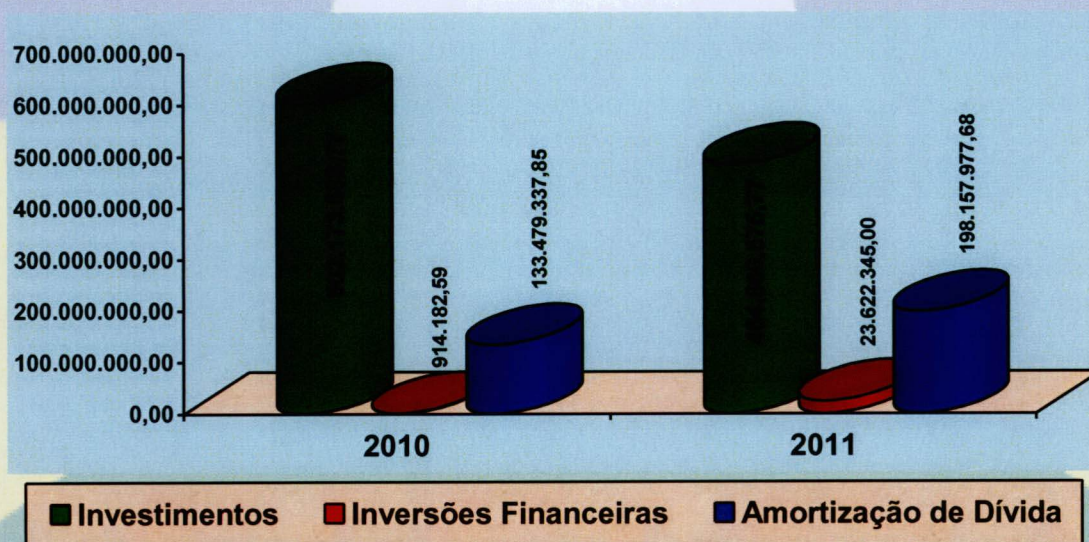


COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CAPITAL – 2010/2011

DESCRIÇÃO	2010	PART. %	2011	PART. %
	EMPENHADO		EMPENHADO	
DESPESAS DE CAPITAL	736.567.104,21	100	706.446.898,45	100
Investimentos	602.173.583,77	81,76	484.666.575,77	68,61
Inversões Financeiras	914.182,59	0,12	23.622.345,00	3,34
Amortização de Dívida	133.479.337,85	18,12	198.157.977,68	28,05

Observando a Tabela acima percebe-se que houve uma redução na Despesa de Capital de 2010/2011, na ordem de R\$ 30.120.205,76, que em termos percentuais corresponde a aproximadamente (4,09%).

Evidenciamos no gráfico abaixo a participação de cada um dos elementos da Despesa de Capital empenhada no período de janeiro a dezembro de 2010 e 2011.



INVESTIMENTOS

Os Investimentos correspondem às dotações para planejamento e execução de obras e suas derivações, inclusive aquelas destinadas à aquisição de imóveis novos. Dessa forma o investimento público é fundamental para o crescimento sustentado da economia. Sem a infraestrutura e a prestação de serviços públicos adequados, o Estado perde a competitividade na atração de novos investimentos privados, que são importantes geradores



Controladoria
Geral do Estado



de renda e emprego para a população. Até o final de 2011 as despesas com investimentos totalizaram o montante de R\$ 484.666.575,77, registrando uma diminuição 19,51% em relação ao mesmo período do ano anterior.

INVERSÕES FINANCEIRAS

As Inversões Financeiras correspondem às dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e à constituição ou aumento do capital de empresas. Até o final de 2011 as despesas com Inversões Financeiras totalizaram o montante de R\$ 23.622.345,00, registrando uma evolução de aproximadamente de 2.584% em relação ao mesmo período do ano anterior.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

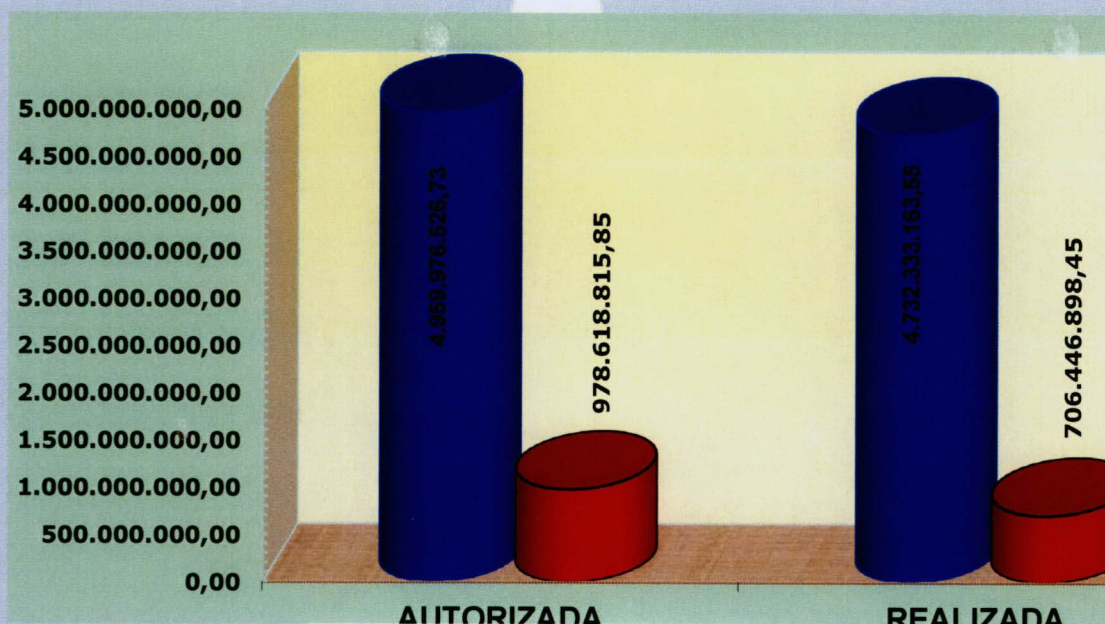
Neste grupo estão incluídas as despesas com pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária. Até o final de 2011 as despesas com amortização da dívida pública estadual totalizaram o montante de R\$ 198.157.977,68, registrando uma evolução 13,34% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme o demonstrativo acima verifica que 91,58% da despesa autorizada foi efetivamente realizada.

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	%	VARIAÇÃO DA DESPESA	%
DESPESAS CORRENTES	4.959.976.526,73	4.732.333.163,55	79,69	227.643.363,18	3,83
Pessoal e Encargos Sociais	2.448.541.183,67	2.412.019.392,26	40,62	36.521.791,41	0,61
Juros e Encargos da Dívida	127.325.000,01	125.885.294,43	2,12	1.439.705,58	0,02
Outras Despesas Correntes	2.384.110.343,05	2.194.428.476,86	36,95	189.681.866,19	3,19
DESPESAS DE CAPITAL	978.618.815,85	706.446.898,45	11,90	272.171.917,40	4,58
Investimentos	659.580.830,85	484.666.575,77	8,16	174.914.255,08	2,95
Inversões Financeiras	37.677.506,00	23.622.345,00	0,40	14.055.161,00	0,24
Amortizações da Dívida	200.360.479,00	198.157.977,68	3,34	2.202.501,32	0,04
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	81.000.000,00	0,00	-	81.000.000,00	-
TOTAL GERAL	5.938.595.342,58	5.438.780.062,00	91,58	499.815.280,58	8,42



Segue gráfico ilustrativo do resultado da despesa autorizada com a realizada por categoria econômica:



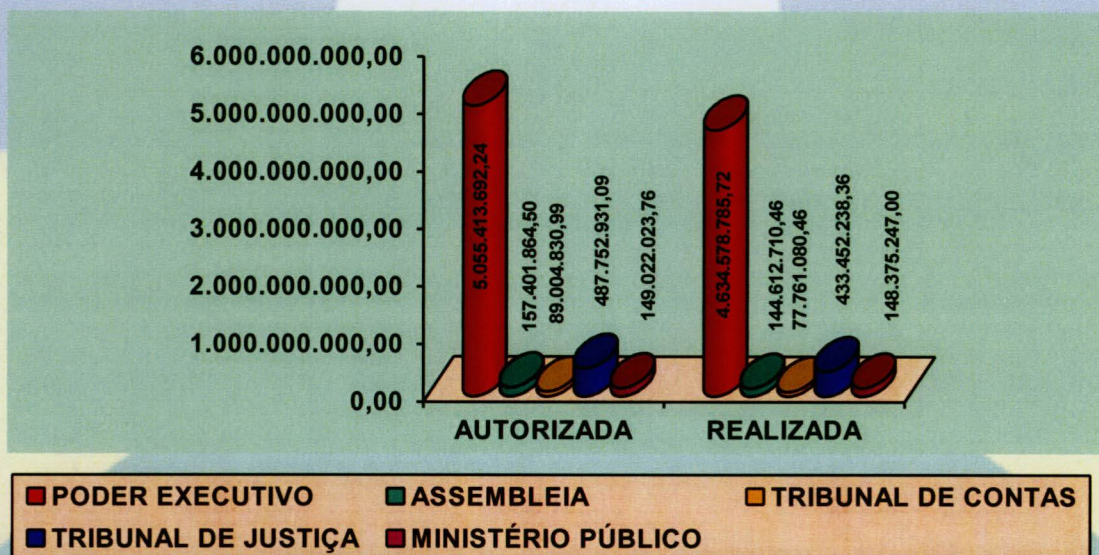
Essas quantias demonstram que o montante não foi integralmente aplicado na execução dos programas governamentais, definidos no orçamento do exercício, demonstrando preocupação do Governo em não criar despesa sem ter respaldo financeiro, para não comprometer o exercício seguinte.

A seguir, apresentamos o demonstrativo comparativo da despesa autorizada com a realizada, por poder e órgão, sendo que a despesa realizada do *executivo*, envolvendo a administração direta e administração indireta, atingiu o montante de R\$ 4.634.578.785,72, que representa 82,21% da despesa total realizada R\$ 5.438.780.062,00.



DEMONSTRATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA SEGUNDO OS PODERES				
PODERES	AUTORIZADA/	REALIZADA	DIFERENÇA	%
LEGISLATIVO	246.406.695,49	222.373.790,92	24.032.904,57	0,40
Assembléia Legislativa	157.401.864,50	144.612.710,46	12.789.154,04	0,22
Tribunal de Contas	89.004.830,99	77.761.080,46	11.243.750,53	0,19
JUDICIÁRIO	636.774.954,85	581.827.485,36	54.947.469,49	0,93
Tribunal de Justiça	487.752.931,09	433.452.238,36	54.300.692,73	0,91
Ministério Público	149.022.023,76	148.375.247,00	646.776,76	0,01
EXECUTIVO	5.055.413.692,24	4.634.578.785,72	420.834.906,52	7,09
TOTAL GERAL	5.938.595.342,58	5.438.780.062,00	499.815.280,58	8,42

Segue gráfico ilustrativo do resultado apresentado da despesa autorizada com a realizada segundo os poderes:



3.1.6 RECEITAS E DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

As receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social”, incluída na Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001, pela Portaria Interministerial STN/SOF



nº. 688, de 14 de outubro de 2005. Desta forma, na consolidação das contas públicas, estas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

Considerando dentre outras necessidades, aprimorar os critérios de reconhecimento de despesas e receitas e uniformizar a sua classificação, em âmbito nacional, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal, editaram a Portaria Conjunta nº. 03, de 14 de outubro de 2008, que aprovou os Manuais de Receita e de Despesa Nacional e deu outras providências.

Segundo o referido Manual, as receitas intra-orçamentárias serão classificadas como correntes e de capital. Serão correntes, quando a receita de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscais e seguridade social, decorrem do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, e se o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. Da mesma forma as receitas intra-orçamentárias de capital são as derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Apresentamos, no demonstrativo a seguir, a Execução das Receitas e Despesas Intra-orçamentárias, em 2011:

RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DESCRIÇÃO	RECEITA
CONT. PATRONAL REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	199.976.346,97
CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO	24.011.721,61
CONT. PREV. EM REGIME DE PARCELAMENTO	3.926.626,02
IDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	227.914.694,60



Controladoria
Geral do Estado



DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DESCRIÇÃO	DESPESA
Obrigações Patronais-IPERON	150.290.480,96
Despesas de Exercícios Anteriores-IPERON	679.543,46
Publicação no Diário Oficial da Justiça	1.559.107,47
Serv. de Mão de Obra dos Apenados	234.466,45
Taxas do Detran, Bombeiros, etc.	485.479,47
Restos a Pagar	176.105,05
Ressarcimento	3.314,50
SUPERÁVIT-INTRA-ORÇAMENTÁRIA	74.489.511,74
TOTAL DAS DESPESAS	227.914.694,60

Conforme já demonstrado, neste exercício, a arrecadação do Estado entre Órgãos e/ou Entidades atingiu o total de R\$ 227.914.694,60 e empenhou o montante de R\$ 153.425.182,86, ocasionando um superávit intra-orçamentário de R\$ 74.489.511,74.

3.1.7 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

“O Resultado Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.”

Espelha a previsão da receita e fixação da despesa, em contrapartida com a realização verificada no exercício apurando-se o resultado da execução orçamentária.

DESCRIÇÃO	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	5.087.412.700,24	6.160.453.353,65
Receita Tributária	2.473.217.810,23	2.831.786.692,37
Receita de Contribuição	125.718.277,70	238.930.347,89
Receita Patrimonial	83.018.960,60	132.348.916,38
Receitas de Serviços	115.639.948,23	128.242.502,63
Transferências Correntes	2.069.202.006,51	2.523.873.349,79
Outras Receitas Correntes	220.615.696,97	305.271.544,59
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(620.355.404,19)	-731.797.475,71
Dedução da Receita p/Formação do FUNDEB	620.355.404,19	-731.797.475,71
RECEITA DE CAPITAL	160.232.527,98	49.983.452,56
Operações de Créditos	115.670.124,81	40.600.000,00
Alienação de Bens	0,00	150.300,00
Amortização de Empréstimos	27.728,65	5.782,12
Transferências de Capital	44.534.674,52	9.227.370,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	160.696.903,88	227.914.694,60
Contribuições para o RPPS	127.696.903,88	227.914.694,60
Outras Receitas Correntes Intra-orçamentária	33.000.000,00	0,00
RECEITA TOTAL	4.787.986.727,91	5.706.554.025,10



Controladoria
Geral do Estado



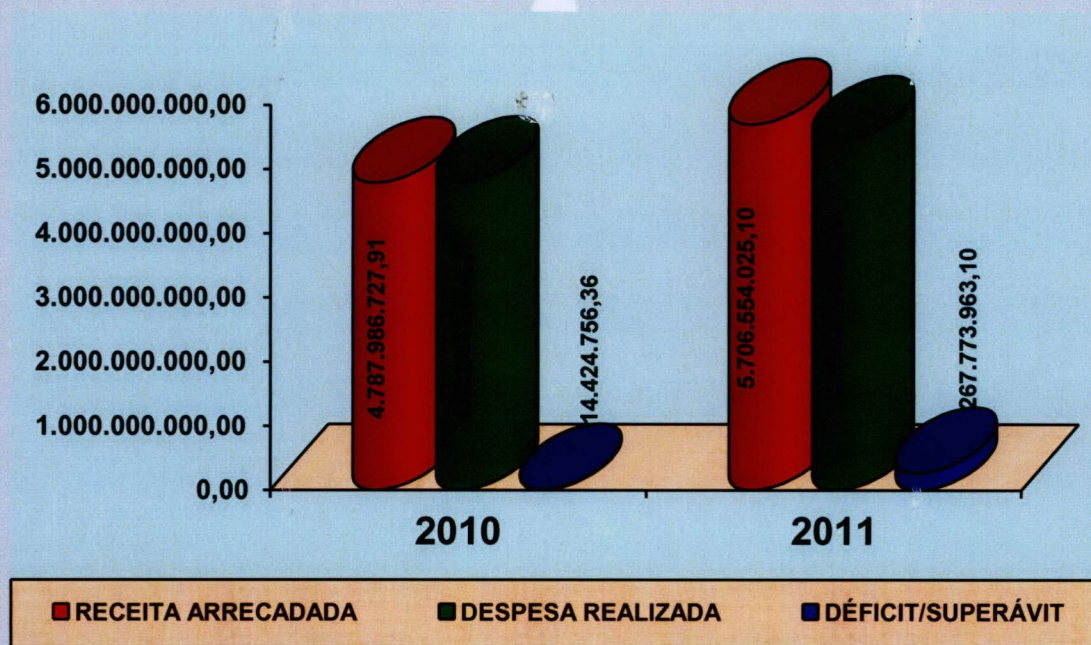
DESPESAS CORRENTES	4.065.844.380,06	4.732.333.163,55
Pessoal e Encargos Sociais	2.012.486.848,90	2.412.019.392,26
Juros e Encargos da Dívida	113.759.073,58	125.885.294,43
Outras Despesas Correntes	1.939.598.547,58	2.194.428.476,86
DESPESAS DE CAPITAL	736.567.104,21	706.446.898,45
Investimentos	602.173.583,77	484.666.575,77
Inversões Financeiras	914.182,59	23.622.345,00
Amortizações da Dívida	133.479.337,85	198.157.977,68
DESPESA TOTAL	4.802.411.484,27	5.438.780.062,00
RESULTADO CORRENTE	561.909.819,87	924.237.408,99
RESULTADO DE CAPITAL	(576.334.576,23)	-656.463.445,89
RESULTADO ORÇAMENTARIO	(14.424.756,36)	267.773.963,10

Considerando-se, o resultado da Execução Orçamentária que se demonstra por força do mandamento do artigo 102, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e consoante o disposto no artigo 184, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, no exercício terminado em 31 de dezembro de 2011, constatou-se que a execução orçamentária apresentou um superávit de R\$ 267.773.963,10, conforme análise do Balanço Orçamentário Consolidado.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO						
ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃOS		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
a) RECEITA						
Receita Prevista	5.156.497.838,00	0,00	41.0001.000,00	1.650.000,00	851.162,00	5.200.000.000,00
Receita Arrecadada	5.660.218.412,83	0,00	44.662.837,02	1.240.741,86	432.033,39	5.706.554.025,10
SUPERÁVIT/DÉFICIT	503.720.574,83	0,00	3.661.837,07	(409.258,14)	(419.128,61)	506.554.025,10
b) DESPESA						
Despesa Autorizada	5.055.413.692,24	157.401.864,50	487.752.931,09	149.022.023,76	89.004.830,99	5.938.595.342,58
Despesa Realizada	4.634.578.785,72	144.612.710,46	433.452.238,36	148.375.247,00	77.761.080,46	5.438.780.062,00
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	420.834.906,52	12.789.154,04	54.300.692,73	646.776,76	11.243.750,53	499.815.280,58
c) RECEITA E DESPESA						
Receita Arrecadada	5.660.218.412,83	0,00	44.662.837,02	1.240.741,86	432.033,39	5.706.554.025,10
Despesa Realizada	4.634.578.785,72	144.612.710,46	433.452.238,36	148.375.247,00	77.761.080,46	5.438.780.062,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	1.025.639.627,11	(144.612.710,46)	(388.789.401,34)	(147.134.505,14)	(77.329.047,07)	267.773.963,10



Segue gráfico ilustrativo do resultado orçamentário dos dois últimos exercícios:



4 DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Conforme definido no art. 212 da Constituição Federal, e de acordo com o artigo 189 da Constituição Estadual, os gastos do governo com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, não podem ser inferior a 25 % da receita líquida resultante de impostos, juros, multas e dívida ativa deduzida as transferências constitucionais.

Visando o acompanhamento da aplicação dos 25%, o Governo Federal determinou que fosse criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Fundo este de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional nº. 53, de 19/12/2006, e regulamentado pela Medida Provisória nº. 339, de 28/12/2006, sendo posteriormente convertida na Lei Federal nº 11.494, de 20/06/2007, e estipula a vigência dos fundos em seu artigo nº. 48 diz: “Os Fundos terão vigência até 31 de dezembro de 2020.” Em 13 de novembro de 2007 foi editado um Decreto Federal de nº. 6.253, regulamentando a já citada lei.



Observando o demonstrativo a seguir verificamos uma receita apurada para o cálculo da Aplicação em Educação de R\$ 3.826.638.841,64, que calculando os 25% encontramos R\$ 956.659.710,41, como valor mínimo, entretanto, o gasto total do exercício foi de R\$ 1.021.818.255,25, que em percentual representa 26,70%.

Apresentamos a seguir demonstrativo resumido da Receita apurada para cálculo da aplicação em Educação, bem como as Despesas pagas pela SEDUC; as Despesas da SEDUC pagas pela SEFIN (PIS/PASEP); as Contribuições para a Formação do FUNDEB; a Amortização e Custeio de Operações de Crédito-Caminho da Escola e o Saldo Financeiro disponível para pagamento de Restos a Pagar. Vale lembrar que o saldo financeiro é maior em R\$ 19.111.635,92, porém, só consideramos para o cálculo o valor limite da inscrição de Restos a Pagar.

Resumo do Gasto com Educação

ESPECIFICAÇÕES	VALOR
Receita Apurada para Cálculo da Aplicação em Educação	3.826.638.841,64
25% Sobre a Receita	956.659.710,41
Despesa Paga pela SEDUC	729.611.643,48
Despesa Paga pela SEFIN-PIS/PASEP	8.986.557,47
Contribuição p/Formação do FUNDEB	186.112.682,07
Amortização e Custeio Operações de Crédito-Caminho da Escola	39.131.012,71
Saldo Financeiro Disponível para pagamento de Restos a Pagar	57.976.359,52
TOTAL APLICADO	1.021.818.255,25
PERCENTUAL APLICADO	26,70%

A despesa orçamentária para efeito de aplicação dos 25% da educação no exercício de 2011 foi da ordem de R\$ 729.611.643,48, sendo: na fonte 0100, R\$ 192.481.151,99, e na fonte 0118, R\$ 537.130.491,49, que somado a R\$ 292.220.611,77, referente a outras despesas extra-orçamentária e saldo bancário perfaz a importância de R\$ 1.021.818.255,25.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO					
DESPESA	%	VALOR	RECEITA	%	VALOR
Empenhada na Educação	20,78	794.989.335,19	(+) ICMS - Imp. Sob Circulação de Merc. e Serviços		2.485.153.796,65
Liquidada na Educação	19,30	738.667.944,20	(+) Dívida Ativa ICMS		37.641.416,47
A Liquidar na Educação	1,47	56.321.390,99	(=) Total Resultante do ICMS		2.522.795.213,12
Liquidada na Educação	19,30	738.667.944,20	(-) Transferências aos Municípios	25%	630.698.803,28
(-) Paga na Educação	19,07	729.611.643,48	(=) ICMS para aplicação na EDUCAÇÃO		1.892.096.409,84
(=) A Pagar na Educação	0,24	9.056.300,72			-
SALDOS BANCÁRIOS	%	VALOR	(+) IPVA - Imp. Sob Prop. de Veículos Automotores		119.760.294,42
CONTAS DO FUNDEB	1,02	38.668.981,75	(+) Dívida Ativa IPVA		1.724.381,44
07.571-X Pagtº de Custeio	0,25	9.382.046,84	(=) Total Resultante do IPVA		121.484.675,86
07.572-8 Pagtº de Pessoal	0,02	665.899,18	(-) Transferências aos Municípios	50%	60.742.337,93
08.347-X Conta Recebedora	0,84	32.101.714,75	(=) IPVA para aplicação na EDUCAÇÃO		60.742.337,93
85.480 Pagtº de Pessoal	-	24.041,27			
(-) Aplicação Financeira	(0,09)	(3.504.720,29)	IPI - Imposto s/produtos Industrializados		7.595.470,04
CONTAS DA EDUCAÇÃO	1,07	38.419.013,69	(-) Transferências aos Municípios	25%	1.898.867,51
14.637-4 Conta Recebedora	0,83	31.898.008,56	(=) IPI para aplicação na EDUCAÇÃO		5.696.602,53
07.576-0 Conta Movimento	0,26	9.961.649,03			
85.472 Pagtª Pessoal	0,02	658.399,07	IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte		167.727.471,91
(-) Aplicação Financeira	(0,02)	(3.354.566,54)			
(-) Outras Receitas	(0,02)	(744.476,43)	(+) ITCD - Imposto s/transmissão Causa Mortis		4.610.866,92
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO	1,52	77.087.995,44	(+) Dívida Ativa ITCD		-
RESUMOS	%	VALOR	(=) Total Receita Resultante do ITCD		4.610.866,92
Empenhada na Educação	20,78	794.989.335,19	FPE - Fundo de Participação do Estado		1.691.830.424,54
Perda do FUNDEB	4,86	186.112.682,07	Lei Complementar 102/2000 (Lei Kandir)		3.647.328,72
TOTAL	25,64	981.102.017,26			
Liquidada na Educação	19,30	738.667.944,20	ISCC - Imposto s/Operações de Crédito e Câmbio		287.399,25
Liquidada na SEFIN - PIS/PASEP	0,23	8.986.557,47	Total Geral Da Receita P/Cálculo Da Educação		3.826.638.841,64
Perda do FUNDEB	4,86	186.112.682,07	Valor Devido p/Aplicação na Educação	25%	956.659.710,41
Saldo Bancário	1,52	57.976.359,52	Obs:		
TOTAL	25,91	991.743.543,26	Repassa Educação	6,23	238.301.886,74
Paga na Educação	19,07	729.611.643,48	Repassa FUNDEB	14,26	545.684.793,66
Paga na SEFIN - PIS/PASEP	0,23	8.986.557,47	Recursos a Receber do FUNDEB - Perda	4,86	186.112.682,07
Perda do FUNDEB	4,86	186.112.682,07	Valor repassado ref. ao exercício de 2010	(0,08)	(3.009.630,43)
Inscrição de Restos a Pagar com cobertura financeira	1,52	57.976.359,52	Total =>	25,27	967.089.732,04
Amortiz e Custeio Oper. de Crédito - Caminho da Escola	1,02	39.131.012,71			
TOTAL	26,70	1.021.818.255,25	Transferencia Recebida a Maior	0,27	10.430.021,63



A despesa orçamentária para efeito de aplicação dos 25% da educação no exercício de 2011 foi da ordem de R\$ 729.611.643,48, sendo: na fonte 0100, R\$ 192.481.151,99, e na fonte 0118, R\$ 537.130.491,49, que somado a R\$ 292.220.611,77, referente a outras despesas extra-orçamentária e saldo bancário perfaz a importância de R\$ 1.021.818.255,25.

4.1 GASTO GERAL COM EDUCAÇÃO PÚBLICA

Apresentamos o demonstrativo por programa de trabalho, das despesas totais com Educação Pública resultante da execução orçamentária do exercício 2011, para uma melhor apreciação.

Da Dotação Autorizada de R\$ 865.952.441,76, foi empenhado R\$ 842.317.566,23, que em termos percentuais corresponde a 97,27%, ficando uma economia de dotação de R\$ 23.634.875,53, correspondente a 2,73%. Foi empenhado R\$ 842.317.566,23, desse valor foi pago R\$ 772.786.552,457 e o restante R\$ 69.531.013,78 ficou inscrito em Restos a Pagar para ser pago em 2012, sendo: Processado R\$ 9.666.323,28 e Não Processado R\$ 59.864.690,50.

Analisando a despesa geral com EDUCAÇÃO, observa-se no demonstrativo a seguir a falta de planejamento da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC com a Ação – 2745 “Atender professores por meio de formação continuada”, do Programa “melhoria da qualidade da educação básica” para o qual inicialmente foi destinado orçamento na ordem de R\$ 9.504.500,00, constando no final do exercício o registro de Dotação Atualizada (autorizada) de R\$ 2.455.196,33 e de Despesa Realizada de R\$ 274.152,14, que em termos percentuais correspondem a 11,17% da Dotação Atualizada.

É curioso que os recursos supracitados pertencem a Fonte 118 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o qual fora criado especificamente visando o acompanhamento da aplicação dos 25% previstos na Constituição Federal.



Controladoria
Geral do Estado



DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO

P/A	ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZADO	REALIZADO	DIFERENÇAS	(%)
0.121	DESPESAS DE OPERACOES ESPECIAIS	7.909.559,00	7.892.727,90	16.831,10	99,79
0.183	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	61.991.466,61	60.889.422,50	1.102.044,11	98,22
1.144	FORTALECER AS UNIDADES ESCOLARES	377.561,00	283.829,46	93.731,54	75,17
1.256	AUXILIO FINAN.A PROFESSOR ESTUDANTE	54.000,00	40.092,26	13.907,74	74,24
1.364	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A PROJETOS ESCOLARE	15.235,00	15.235,00	0,00	100
2.104	CAPACITAR PROFISSIONAIS DA EDUCACAO	168.683,00	168.682,57	0,43	100
2.105	CAPACITAR PROFESSORES PARA	455.920,00	356.090,10	99.829,90	78,10
2.106	DEMOCRATIZACAO DA	352.599,00	337.798,75	14.800,25	95,80
2.155	PROFISS	1.609.909,00	1.606.433,15	3.475,85	99,78
2.306	CAPACITAR PROFESSORES PARA TEMATICA DIVERSIDA	24.726.456,00	23.945.482,17	780.973,83	96,84
2.382	ASSISTIR AO ALUNO DA EDUCACAO BASICA	45.736.301,42	45.030.797,60	705.503,82	98,46
2.383	ADMINISTRACAO DAS UNIDADES	114.877.372,00	114.875.420,24	1.951,76	100
2.443	FOLHAS DE PESSOAL E ENCARGOS TESOURO	354.975.702,00	354.975.324,54	377,46	100
2.444	REMUNERACAO DE PESSOAL MAGISTERIO-FUNDEF	16.736.700,00	16.736.668,75	31,25	100
2.595	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES - FUNDEF	20.821.000,00	20.819.831,86	1.168,14	99,99
2.722	ASSISTENCIA MEDICA AOS SERVIDORES-TESOURO	4.050.301,00	3.356.323,03	693.977,97	82,87
2.729	EDUCACAO FISICA, CULTURA E DESP. ESCOLAR	14.700,00	14.700,00	0,00	100
2.730	DESENV. E ACOMPANHAMENTO TEC.- PEDAGOGICO	24.407,00	22.421,10	1.985,90	91,86
2.739	CENSO ESCOLAR	37.352.761,00	37.352.761,00	0,00	100
2.742	PROAFI-AEF	1.586.763,00	1.586.760,83	2,17	100
2.745	EDUCACAO ESPECIAL	2.455.196,33	274.152,14	2.181.044,19	11,17
2.828	FORMACAO CONTINUADA	45.004.947,00	45.004.946,37	0,63	100
2.829	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEF	74.030.852,00	74.023.497,81	7.354,19	99,99
2.864	REMUNERACAO DE PESSOAL ADMINITRATIVO - FUNDEF	1.053.252,03	602.889,11	450.362,92	57,24
2.865	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS	1.124.620,00	1.124.619,57	0,43	100
2.866	MANUTENCAO DO PROG. DE DESENVOL. DO ENS.PROFISS	185.156,00	149.395,02	35.760,98	80,69
2.868	MANUTENCAO DO PROG. DE AVAL. PESQ.E ESTAT. EDUC	16.327.928,46	4.756.585,20	11.571.343,26	29,13
2.913	CONVENIOS DIRET.COM A UNIAO E CONTRAPARTIDA D	529.878,00	431.956,55	97.921,45	81,52
2.955	MANUTENCAO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	31.403.215,91	25.642.721,65	5.760.494,26	81,66
	CONSTRUCAO E REFORMAS DE PREDIOS PUBLICOS				
TOTAL		865.952.441,76	842.317.566,23	23.634.875,53	97,27



5 GASTO DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional n. 029, de 31 de setembro de 2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que trata os artigos 157 e 159, I a e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), introduzido pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº. 29, de 13/9/2000, legislando sobre a matéria, enquanto não for editada uma Lei Complementar, determina que a partir do exercício de 2004, os Estados devem aplicar, no mínimo, o equivalente a 12% do produto da arrecadação dos impostos, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios, nas ações e serviços públicos de saúde.

Observando o demonstrativo abaixo verificamos uma receita apurada de R\$ 3.826.351.442,39 que calculando os 12% encontramos R\$ 459.162.173,09, como valor mínimo para aplicação nas ações de saúde, entretanto, o gasto total do exercício foi de R\$ 468.411.837,90, o que em percentual representa 13,64 %, como demonstramos:

ESPECIFICAÇÕES	VALOR R\$	%
Receita Apurada para Cálculo da Aplicação em Saúde	3.826.351.442,39	100
12% Sobre a Receita	459.162.173,09	12,00
Despesa Paga pelo FES, FHEMERON, CETAS e AGEVISA	483.025.488,24	12,62
Despesa Paga pela SEFIN-PIS/PASEP	4.548.522,37	0,12
Restos a Pagar Pago com Recursos de 2011	25.648.018,25	0,67
Saldo Financeiro Disponível para pagamento de Restos a Pagar	8.837.827,29	0,23
TOTAL APLICADO	496.411.837,90	13,64
Aplicação a maior que os 12%	49.875.506,82	1,64

Na página a seguir apresentaremos uma Tabela demonstrando detalhadamente os gastos com ações de saúde pública.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA – 12%

MÊS	DESPESAS			SEFIM/PIS/PASEP			ACUMULADO					
	LIQUIDADO	A LIQUIDAR	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADO	%	A LIQUIDAR	%	PAGO	%
JAN	22.305.974,33	8.121.187,18	21.052.702,85	238.786,64	238.786,64	238.786,64	22.305.974,33	6,71	8.121.187,18	2,44	21.052.702,85	6,34
FEV	23.576.583,35	27.951.213,26	21.766.539,32	395.466,75	395.466,75	395.466,75	23.576.583,35	7,26	27.951.213,26	8,61	21.766.539,32	6,71
MAR	34.795.730,14	23.478.105,24	36.462.320,14	386.203,84	386.203,84	386.203,84	34.795.730,14	13,07	23.478.105,24	8,82	36.462.320,14	13,7
ABR	38.590.421,37	7.582.633,67	32.704.324,01	314.961,18	314.961,18	314.961,18	38.590.421,37	12,92	7.582.633,67	2,54	32.704.324,01	10,95
MAI	41.452.835,04	10.265.967,76	20.145.875,43	355.284,64	355.284,64	355.284,64	41.452.835,04	12,38	10.265.967,76	3,06	20.145.875,43	6,01
JUN	52.666.545,14	3.999.248,86	59.411.033,26	397.551,18	397.551,18	397.551,18	52.666.545,14	16,12	3.999.248,86	1,22	59.411.033,26	18,18
JUL	47.580.923,20	893.984,22	58.661.853,69	389.095,35	389.095,35	389.095,35	47.580.923,20	15,06	893.984,22	0,28	58.661.853,69	18,57
AGO	39.878.672,57	2.703.021,60	45.273.649,02	375.856,37	375.856,37	375.856,37	39.878.672,57	12,55	2.703.021,60	0,85	45.273.649,02	14,25
SET	38.481.670,43	-1.780.787,57	22.732.833,72	377.572,74	377.572,74	377.572,74	38.481.670,43	13,12	-1.780.787,57	-0,61	22.732.833,72	7,75
OUT	39.414.035,94	-7.643.362,21	56.318.114,87	1.269.221,31	406.881,16	406.881,16	39.414.035,94	12,4	-7.643.362,21	-2,41	56.318.114,87	17,72
NOV	19.282.453,38	341.845,31	19.275.078,52	0	453.166,92	453.166,92	19.282.453,38	5,94	341.845,31	0,11	19.275.078,52	5,94
DEZ	100.195.292,25	-17.845.028,90	89.221.163,41	48.522,37	457.695,60	457.695,60	100.195.292,25	26,84	-17.845.028,90	-4,78	89.221.163,41	23,9
TOTAL	498.221.137,14	58.068.028,42	483.025.488,24	4.548.522,37	4.548.522,37	4.548.522,37	498.221.137,14	13,02	58.068.028,42	1,52	483.025.488,24	12,6

MÊS	RCL	RECEITA (12%)	RESUMO DO SALDO FINANCEIRO			RENDIM./11	SALDO REAL	RESUMO:	VALOR	%
	VALOR	VALOR	FES	C/C Nº 7326-1	7.292.778,26	27.622,79	7.265.155,47	Empenhada na Sesau	556.289.165,56	14,54
JAN	332.271.189,27	39.872.542,71	FES	C/C Nº 7540-X	515.643,69	24.631,76	491.011,93	Empenhada na SEFIN - PIS/PASEP	4.548.522,37	0,12
FEV	324.583.199,18	38.949.983,90	FHEMERON	C/C Nº12092-8	609.830,40	0	609.830,40	Total	560.837.687,93	14,7
MAR	266.201.871,06	31.944.224,53	FHEMERON	C/C Nº 7718-6	371.185,51	1.994,57	369.190,94	Liquidada na Sesau	498.221.137,14	13,02
ABR	298.778.738,65	35.853.448,64	CETAS	C/C Nº 81922	34.417,22	345,16	34.072,06	Liquidada na SEFIN - PIS/PASEP	4.548.522,37	0,12
MAI	334.945.776,86	40.193.493,22	AGEVISA	C/C Nº 82104	70.382,04	1.815,55	68.566,49	Total	502.769.659,51	13,1
JUN	326.803.387,87	39.216.406,54	SOMA		8.894.237,12	56.409,83	8.837.827,29	Pago na Sesau	483.025.488,24	12,62
JUL	315.960.281,86	37.915.233,82						Pago na SEFIN - PIS/PASEP	4.548.522,37	0,12
AGO	317.810.251,06	38.137.230,13						RP - Pagos com recurso 2011	25.648.018,25	0,67
SET	293.292.429,73	35.195.091,57						Total de Despesa Paga	513.222.028,86	13,4
OUT	317.807.120,32	38.136.854,44						Saldo Financeiro	8.837.827,29	0,23
NOV	324.527.105,18	38.943.252,62						Desp. Paga+Saldo Financeiro	522.059.856,15	13,6
DEZ	373.370.091,36	44.804.410,96						Receita Devida	459.162.173,09	12
TOTAL	3.826.351.442,39	459.162.173,09						Superavit no Exercício	62.897.683,06	1,64



Controladoria
Geral do Estado



5.1 GASTO GERAL COM SAÚDE PÚBLICA

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE					
PIA	ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZADO	REALIZADO	DIFERENÇAS	(%)
0.118	Despesas de Exerc. Anteriores	19.940.059,35	18.972.743,06	967.316,29	4,85
0.179	Apoio as Entidades Públicas e Filantrópicas	31.287.205,00	19.808.136,20	11.479.068,80	36,69
0.187	Desp. De Exerc. Anteriores Inden. E Restituição	275.400,00	268.477,84	6.922,16	2,51
0.201	Transferências Voluntárias	111.259,11	111.259,11	0,00	0,00
0.208	Efetuar Transferências Obrigatórias Previstas	8.689.538,00	8.689.537,68	0,32	0,00
0.209	Realizar Outras Transferências Obrigatórias	16.715.917,19	16.641.262,40	74.654,79	0,45
1.104	Expandir Rede Física do GPES	200.000,00	0,00	200.000,00	100
1.117	Modernizar e Aparelhar a Hemorrede de Rondônia	741.266,00	124.238,00	617.028,00	83,24
1.125	Implantar Política de Educ. Permanente em Saúde	667.206,42	186.708,42	480.498,00	72,02
1.279	Aparelhamento das Unidades de Vigilância Sanitária	1.152.344,05	0,00	1.152.344,05	100
1.366	Implant. De Unid. De Sangue e Lab. De Biol.M	401.260,95	0,00	401.260,95	100
1.367	Expansão e Reest. Da Rede Física da Saúde	19.410.398,35	16.588.230,12	2.822.168,23	14,54
1.500	Adquirir Equipamentos para o Sistema de Informática	70.000,00	0,00	70.000,00	100
2.127	Manter o Funcionamento da Diretoria Executiva	707.309,23	689.474,23	17.835,00	2,52
2.128	Manter o Func. da Diretoria de Atenção Integral à Saúde	125.000,00	111.365,00	13.635,00	10,91
2.129	Implantar e Implementar as Unidades de Saúde	11.476.506,00	4.229.599,30	7.246.906,70	63,15
2.131	Realizar Atend.Espec.em Internações e Ambulatórios do HB	23.694.165,62	21.850.774,02	1.843.391,60	92,22
2.133	Ofic.Atend.Espec.Doenças Infecto-Contagiosas-CEMETRON	2.138.246,46	2.000.892,21	137.354,25	93,58
2.134	Ofic.Atend.Ambulatorial Espec. da Policlínica Osvaldo Cruz	1.517.830,10	622.492,64	895.337,46	41,01
2.137	Oferecer Atendimento de Urgência e Emergência-HIPSUP-II	8.198.479,04	7.748.255,94	450.223,10	94,51
2.138	Implem.as Ativ. Centro de Pesq. Medicina Tropical-CEPEM	60.160,89	58.160,89	2.000,00	96,68
2.139	Implantar Análise e Contr. Qualidade Laboratoriais-LACEN	5.986.568,15	250.022,20	5.736.545,95	4,18
2.142	Realizar Pagamento a Prestadores de Serviços	83.189.030,44	77.912.907,64	5.276.122,80	93,66
2.143	Atender a Usuários do SUS em Caráter Excepcional	12.198.665,57	11.092.549,45	1.106.116,12	90,93
2.162	Implantar e Manter Cursos Técnicos	974.000,00	57.995,00	916.005,00	5,95
2.186	Promover Capacitação de Recursos Humanos	2.417.412,00	1.008.856,37	1.408.555,63	41,73
2.187	Realizar Supervisão das Ações de Vigilância	637.664,00	358.495,00	279.169,00	56,22
2.188	Adquirir Equip. Estruturação Núc. Gerência Epidemiológica	1.793.027,72	1.263.432,03	529.595,69	70,46
2.391	Asseg. Rem. Pers. Ativo, Enc. Soc.-AGEVISA/AMBIENTAL	7.995.329,01	7.994.059,50	1.269,51	99,98
2.407	Remuner. De Pessoal e Encargos Sociais	292.366.507,00	290.956.676,52	1.409.830,48	99,52
2.410	Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	16.952.233,00	16.732.034,38	220.198,62	98,70
2.751	Dinam. Do Serviço de Capacit. De Doadores	14.880.388,00	6.812.337,72	8.068.050,28	45,78
2.754	Administração da Unidade	3.737.197,59	3.267.992,11	469.205,48	87,44
2.761	Capacitação de Recursos Humanos da Vigilância Sanitária	2.107.221,40	986.013,80	1.121.207,60	46,79
2.772	Atendimento de Pacientes fora do Domicílio	21.401.179,96	21.199.682,96	201.497,00	99,06
2.793	Atend. Emerg. e Urgência no Hosp. Infantil Cosme e Damião	2.606.238,69	2.000.739,43	605.499,26	76,77
SOMA		616.822.214,29	560.595.401,17	56.226.813,12	-



Continuação:

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE					
P/A	ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZADO	REALIZADO	DIFERENÇAS	(%)
2.811	Administração da Unidade	75.348.287,29	74.260.658,68	1.087.628,61	98,56
2.876	Auxílio aos Servidores	11.873.642,00	11.703.480,54	170.161,46	98,57
2.882	Gestão e Adm. Do Programa do GASS	3.124.435,61	487.548,95	2.636.886,66	15,60
2.907	Ações com Recursos Federais	7.886.423,94	3.421.732,06	4.464.691,88	43,39
2.908	Abastecer e Distribuir Medicamentos e Penso	36.952.072,71	33.370.407,16	3.581.665,55	90,31
2.920	Remuneração de Pessoal do CETAS	1.105.794,00	736.742,84	369.051,16	66,63
2.921	Auxílio a Serviços do CETAS	106.400,00	53.083,07	53.316,93	49,89
2.922	Administração da Unidade	574.490,69	371.563,12	202.927,57	64,68
2.924	Administração do CES	182.065,11	160.405,11	21.660,00	88,10
2.925	Implementação do CEREST	1.192.149,93	234.989,20	957.160,73	19,71
2.943	Auxílios Transporte e Saúde aos Servidores	297.768,89	297.768,89	0,00	100
2.944	Administração da Unidade	2.253.829,24	1.998.915,07	254.914,17	88,69
2.946	Execução das Ações de Vigilância Sanitária	198.500,00	176.920,00	21.580,00	89,13
2.947	Execução das Ações de Vigilância Epidemiológica	2.161.263,00	472.767,60	1.688.495,40	21,87
SOMA		143.257.122,41	127.746.982,29	15.510.140,12	-
SOMA TOTAL		760.079.336,70	688.342.383,46	71.736.953,24	90,56

O demonstrativo que acabamos de apresentar foi detalhado por programa de trabalho, relativo às despesas totais com Saúde Pública, resultante da execução orçamentária, do exercício 2011, para apreciação e algumas considerações.

Da Dotação Autorizada de R\$ 760.079.336,70, foi realizada despesa na importância de R\$ 688.342.383,46, que corresponde a 90,56%, ficando uma economia de dotação de R\$ 71.736.953,24, que correspondente a 9,44%. Do valor empenhado na ordem de R\$ 688.342.383,46, foi pago R\$ 573.815.154,52 e o restante R\$ 114.527.228,94, ficou inscrito em Restos a Pagar, sendo: Processado R\$ 19.369.654,19 e Não Processado R\$ 95.157.574,75.

Apesar de todos os cuidados dos administradores públicos com a área de saúde; a busca inconstante pela excelência das ações, adotando medidas rigorosas em alguns setores, sempre voltadas para o equacionamento dos problemas que dificultam o desempenho e atuação dos agentes, considera satisfatória a gestão da saúde proposta na Lei Orçamentária Anual atingindo 90,56% da receita destinada.



Não restam dúvidas que o crescimento galopante do Estado de Rondônia trouxe problemas sérios para toda população de Porto Velho, o que não é novidade para ninguém, pois já foi notícia nacional. O Estado não se preparou para enfrentar as consequências causadas, onde todos nós sabemos que a área mais prejudicada foi a da **SAÚDE**.

Que os Gestores de “**SAÚDE PÚBLICA**” adotem medidas saneadoras para melhoria do planejamento e execução dos programas governamentais desta área tão complexa e de vital importância para a saúde da população.

6 GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro retrata toda a movimentação das disponibilidades das entidades, evidenciando o reflexo nos saldos, mediante a execução orçamentária, pagamento do passivo existente e formação dos créditos, assim como a formação de dívidas e o recebimento dos créditos formados.

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. (art. 103, da Lei da Lei 4.320/64).

Os Ingressos e os Dispendios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando as Receitas e Despesas Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Apresentamos a seguir, análise da gestão financeira aglutinada da Administração Centralizada e da Administração Descentralizada.



ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA			
RECEITA	VALOR R\$	DESPESA	VALOR R\$
Disponibilidade prov. do exercício anterior	855.211.473,32	Disponib.transferidas para o exercício seguinte	1.387.437.537,79
Ingressos resultantes da exec. orçamentária	5.706.554.025,10	Ingressos resultantes da exec. orçamentária	5.438.780.062,00
Ingresso independente da exec. orçamentária	19.132.600.545,44	Ingresso independente da exec. orçamentária	18.868.148.444,07
TOTAL	25.694.366.043,86	TOTAL	25.694.366.043,86

Este balanço destaca o resultado orçamentário e o efeito sobre as disponibilidades que a gestão dos recursos públicos oportunizou durante o exercício, tais valores resultaram da depuração dos valores registrados no SIAFEM/RO, de onde destacamos o saldo financeiro em 31 de dezembro de 2011, em comparação ao exercício anterior.

7 GESTÃO PATRIMONIAL

Com base na movimentação do exercício e em consequência dos atos praticados pelo Governo, o **Balanço Patrimonial** retrata os efeitos das variações que refletiram positivamente no patrimônio do Estado.

A estrutura do Balanço Patrimonial encontra-se definido no art. 105 da Lei nº. 4.320/64. Este Balanço espelha sinteticamente as disponibilidades, os bens, os créditos e os valores na parte que se relaciona ao ativo, à dívida flutuante e a dívida fundada, no que se relaciona ao passivo, bem como, torna evidente o saldo patrimonial e as contas de compensação que demonstram a posição do Estado à data do encerramento do exercício.

Esta posição do patrimônio estadual que em um dado momento é estática, isto é, ao final do exercício financeiro, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem o Balanço Geral do Estado, de forma, para melhor entendimento, apresentamos a seguir o balanço patrimonial sintético comprovado da administração consolidada por Poder e Órgãos.



BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO POR PODER						
ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃO		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	TRIBUNAL DE CONTAS	MINISTÉRIO PÚBLICO	
ATIVO						
FINANCEIRO	1.655.796.528,82	33.747.424,05	105.636.025,68	13.042.307,73	8.393.166,79	1.816.615.453,07
REALIZ. L. PRAZO	4.012.831.212,08	0,00	254.342,93	5.068,35	0,00	4.013.090.623,36
PERMANENTE	4.200.504.750,23	17.729.465,29	141.235.931,68	23.309.895,30	54.383.334,55	4.437.163.377,05
SOMA	9.869.132.491,13	51.476.889,34	247.126.300,29	36.357.271,38	62.776.501,34	10.266.869.453,48
PASSIVO						
FINANCEIRO	548.942.341,17	48.975.615,71	26.756.164,21	3.611.932,48	6.437.753,25	634.723.806,82
PERMANENTE	6.447.070.261,39	28.092.153,32	0,00	0,00	0,00	6.475.162.414,71
ATIVO REAL LÍQUIDO/ PASSIVO REAL DESCOBERTO	2.873.119.888,57	(25.590.879,69)	220.370.136,08	32.745.338,90	56.338.748,09	3.156.983.231,95
SOMA	9.869.132.491,13	51.476.889,34	247.126.300,29	36.357.271,38	62.776.501,34	10.266.869.453,48

Destacamos que conforme critério de avaliação das contas de resultado as Receitas e as Despesas foi demonstrado pelo seu valor nominal. A seguir, comentamos sobre o balanço patrimonial, no que tange aos grandes grupos do ativo e do passivo.

7.1 ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independente de autorização orçamentária e os valores numerários. Neste grupo são registrados os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros ou recolhidos por estes a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros.

ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃOS		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
ATIVO FINANCEIRO	1.655.796.528,82	33.747.424,05	105.636.025,68	8.393.166,79	13.042.307,73	1.816.615.453,07
DISPONÍVEL	1.240.086.977,74	26.107.623,96	101.194.738,67	7.604.111,90	12.444.085,52	1.387.437.537,79
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	19.403.460,93	4.027.304,45	944.129,65	0,00	0,00	24.374.895,03
VAL. PEND. A C. PRAZO	5.062.128,24	3.333.462,67	0,00	0,00	0,00	8.395.590,91
BENS E VAL. EM CIRCULAÇÃO	391.243.961,91	279.032,97	3.497.157,36	789.054,89	598.222,21	396.407.429,34
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.012.831.212,08	0,00	254.342,93	0,00	5.068,35	4.013.090.623,36
A. FINANCEIRO+ REALIZ. A L. P.	5.668.627.740,90	33.747.424,05	105.890.368,61	8.393.166,79	13.047.376,08	5.829.706.076,43



DISPONÍVEL

O Ativo Disponível é composto pelos saldos da Conta Única; Bancos; Aplicações Financeiras (distribuídas em contas de Poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de Contas Não Únicas) e Aplicações do RPPS nos segmentos de Renda Fixa (Fundos de Investimentos Previdenciários e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) e Renda Variável (Fundos de Ações).

TÍTULO	VALOR	PORCENTAGEM
DISPONÍVEL	1.387.437.537,79	100,00
Banco C/Movimento	744.140.909,74	53,63
Aplicações Financeiras	1.194.519,30	0,09
Aplicações RPPS	642.102.108,75	46,28

Este grupo que acabamos de detalhar representa as contas de maior índice de liquidez do Ativo Financeiro, correspondendo a 76,37% do total, montando um valor de R\$ 1.816.615.453,07.

CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

Este grupo representa o somatório dos créditos a receber de diversos devedores e agentes, onde os valores relevantes deste grupo estão nas contas:

Devedores Entidades e Agentes – que se refere à pendência de exercícios anteriores, da conta de créditos parcelados, referente a empréstimos para a conta única, proveniente de diversos convênios de diversas unidades gestoras e que até o presente momento estão passíveis de regularização.

Depósitos Realizáveis a Curto Prazo – são valores referentes a acordo judicial e outros depósitos vinculados.

BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Registra os valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifados, destinados a atender as necessidades das unidades gestoras, que no decorrer do exercício



não foram dado baixas, seja por consumo, transferências para outras unidades; registros dos valores dos materiais de consumo para uso imediato.

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

São os ativos cujos prazos esperados de realização situem-se após o término do exercício subsequente à data dos Balancetes mensais e dos Balanços Patrimoniais.

DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinentes, vencidos e não pagos pelos devedores, por meio de órgão ou unidade específica instituída para fins de cobrança na forma da lei.

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcance dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais. (Decreto Lei nº. 1.735, de 20.12.1979).

O estoque da Dívida Ativa está avaliado pela Secretaria de Finanças - SEFIN, em R\$ 3.961.707.134,24, atualizado em 31 de dezembro de 2011, sendo desse montante R\$ 3.957.921.253,63 correspondente a Dívida Ativa de origem tributária e R\$ 3.785.880,61 de Dívida Ativa não Tributária.



7.2 ATIVO PERMANENTE

“O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”

O Ativo Permanente representado pelos grupos de: Investimentos e Imobilizado, sendo que a principal conta de movimentação é de bens imóveis do Poder Executivo. Vale ressaltar que no exercício de 2011, não foi procedida a reavaliação dos bens patrimoniais.

ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃOS		TOTAL CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
ATIVO PERMANENTE	4.200.504.750,23	17.729.465,29	141.235.931,68	54.383.334,55	23.309.895,30	4.437.163.377,05
INVESTIMENTOS	224.315.044,73	0,00	0,00	0,00	0,00	224.315.044,73
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	224.315.044,73	0,00	0,00	0,00	0,00	224.315.044,73
IMOBILIZADO	3.976.189.705,50	17.729.465,29	141.235.931,68	54.383.334,55	23.309.895,30	4.212.848.332,32
BENS IMÓVEIS	3.216.396.960,82	11.181.752,82	70.771.792,23	30.843.759,24	12.399.758,38	3.341.594.023,49
BENS MÓVEIS	759.782.744,68	6.547.712,47	69.866.701,85	23.539.575,31	10.910.136,92	870.656.871,23
BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	597.437,60	0,00	0,00	597.437,60

A conta do imobilizado composto na sua maioria pela conta de Bens Imóveis e Bens Móveis evidenciando o valor de R\$ 3.341.594.023,49 e R\$ 870.656.871,23, representando 75,31 % e 19,62 % respectivamente da composição do grupo, que perfaz 94,93 % da conta do ativo permanente no valor de R\$ 4.437.163.377,05.

7.3 PASSIVO FINANCEIRO

Este grupo é formado pelos compromissos exigíveis cujo pagamento independa da autorização orçamentária, estando composto pelas obrigações consideradas como “Dívida Flutuante” do Estado.

A rubrica de maior destaque é o Restos a Pagar no valor de R\$ 546.023.189,64, que corresponde a 86,03% da Dívida Flutuante no valor de R\$ 634.723.806,82, suas principais rubricas do Passivo Financeiro são: Consignações, Depósitos de Diversas Origens, Restos a Pagar, Credores - Entidades e Agentes.



O Passivo Financeiro é composto pelos Depósitos e Obrigações em Circulação que perfazem 12,77 % e 87,23 % respectivamente do total do grupo.

ESPECIFICAÇÕES	PODERES			ÓRGÃOS		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
PASSIVO FINANCEIRO	548.942.341,17	48.975.615,71	26.756.164,21	6.437.753,25	3.611.932,48	634.723.806,82
DEPÓSITOS	43.628.092,16	35.424.310,87	1.622.091,49	340.557,10	11.388,70	81.026.440,32
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	505.314.249,01	13.551.304,84	25.102.357,38	6.097.193,15	3.600.543,78	553.665.651,16
VALORES PENDENTES	0,00	0,00	31.715,34	0,00	0,00	31.715,34

CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Foram lançados pelo valor nominal nas respectivas contas, onde estão registrados valores decorrentes da execução orçamentária, cuja realização representa as obrigações do Estado, que movimentaram o Exercício de 2011.

Depósitos

A rubrica Consignações e Depósitos, registra o valor de R\$ 81.026.440,32, sendo, na conta Consignações o montante de R\$ 58.378.762,98, correspondente a 72,05% e Depósito de Diversas Origens o valor de R\$ 22.647.677,34, que em termos percentuais é 27,95%.

Obrigações em Circulação

O grupo Obrigações em Circulação com um total de R\$ 553.665.651,16, refere-se às obrigações exigíveis a curto prazo, registradas nas diversas contas de obrigações de fornecedores, pessoal, encargos patronais, transferências intragovernamentais, e precatórios, sendo estes valores decorrentes da execução orçamentária que perfaz a importância de R\$ 546.023.189,64, correspondendo a aproximadamente 98,62% do grupo.



7.4 PASSIVO PERMANENTE

“O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.”

O Passivo Permanente representado pelas obrigações exigível a longo prazo é composto da dívida fundada interna e externa, precatórios e provisões matemáticas previdenciárias.

ESPECIFICAÇÕES	PODERES		CONSOLIDADO
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	
PASSIVO PERMANENTE	6.447.070.261,39	28.092.153,32	6.475.162.414,71
Dívida Fundada Interna	2.033.981.416,96	28.092.153,32	2.062.073.570,28
Dívida Fundada Externa	12.309.937,50	0,00	12.309.937,50
Precatórios	985.810.857,23	0,00	985.810.857,23
Provisões Matemáticas Previdenciárias	3.414.968.049,70	0,00	3.414.968.049,70

O Patrimônio Permanente significa a diferença entre o Ativo Permanente na importância de R\$ 4.437.163.377,05 e o Passivo Permanente no valor de R\$ 6.475.162.414,71, resultou numa posição líquida final de déficit permanente de R\$ 2.037.999.037,66.

A dívida fundada interna e externa do Estado de Rondônia perfaz R\$ 2.074.383.507,78, correspondente a 32,04% do total do grupo. Contudo, houve um decréscimo na dívida correspondente a 2,55 % sobre o saldo de 31 de dezembro de 2011.

A dívida externa atualmente é de R\$ 12.309.937,66, correspondente a 0,59% do total da dívida, tais contratos traduzem a atual credibilidade do Governo de Rondônia no exterior, possibilitando-lhe a retomada de acesso ao crédito externo.

As provisões matemáticas previdenciárias na importância de R\$ 3.414.968.049,70, que em termos percentuais atingiu 52,74% do total do grupo, diz respeito às contribuições previdenciárias que em anos anteriores não foram vertidas para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários, cujos valores devem ser provisionados pela unidade gestora do RPPS para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade.



Controladoria
Geral do Estado



A seguir apresentamos detalhamento da Dívida Fundada por contrato.

ESPECIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	Saldo Devedor Anterior	Alterações No Exercício		Pagamentos Efetuados no Exercício			TOTAL	Saldo Devedor Final
	31-dez-10	Reajustes	Liberações	Principal	Juros	Comissão		
01. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.085.699.153,54	90.543.417,73	32.074.000,00	194.751.763,80	123.781.577,54	1.215.304,22	319.748.645,56	2.013.564.807,47
CONTRATOS CEF	1.338.923,36	7.411,22	0,00	896.728,14	56.067,63	0,00	952.795,77	449.606,44
1 CT 83.606-42 (Cj. Hab. Pimenta Bueno - 1ª etapa)	325.608,80	2.431,92	0,00	122.502,81	16.223,60	0,00	138.726,41	205.537,91
2 CT 83.613-80 (Cj. Hab. Pimenta Bueno - 2ª etapa)	386.648,19	2.887,82	0,00	145.467,48	19.264,94	0,00	164.732,42	244.068,53
3 CT 25.807-95 (Obras Saneamento / JI-PARANÁ)	626.666,37	2.091,48	0,00	628.757,85	20.579,09	0,00	649.336,94	0,00
CONTRATOS LEI 8.727/93	141.562.000,09	1.788.801,91	0,00	31.496.599,30	6.158.917,63	129.560,03	37.785.076,96	111.854.202,70
4 GERO	19.429.259,90	242.989,95	0,00	5.839.693,18	495.665,45	17.515,70	6.352.874,33	13.832.556,67
5 COHAB	104.754.901,26	1.143.995,07	0,00	20.442.721,74	4.792.794,93	96.557,35	25.332.074,02	85.456.174,59
6 BCI	13.893.629,37	441.992,12	0,00	4.806.844,66	818.395,89	12.198,26	5.637.438,81	9.528.776,83
7 BERON - HABITAÇÃO	3.484.209,56	-40.175,23	0,00	407.339,72	52.061,36	3.288,72	462.689,80	3.036.694,61
CONTRATOS LEI 9.496/97	1.574.915.919,74	86.759.591,22	0,00	56.042.134,91	96.465.500,08	766.493,67	153.274.128,66	1.605.633.376,05
8 LIQUIDAÇÃO DO BERON + AROS	1.574.915.919,74	86.759.591,22	0,00	56.042.134,91	96.465.500,08	766.493,67	153.274.128,66	1.605.633.376,05
CONTRATOS EM DÓLAR	23.089.578,46	1.698.944,27	0,00	7.843.714,40	648.333,89	681,68	8.492.729,97	16.944.808,33
9 COMISSÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	18.224.062,50	1.199.625,00	0,00	7.113.750,00	491.341,00	681,68	7.605.772,68	12.309.937,50
10 BID - PNAFE (Modernização Tecnológica da SEFIN)	4.865.515,96	499.319,27	0,00	729.964,40	156.992,89	0,00	886.957,29	4.634.870,83
OUTROS CONTRATOS	344.792.731,89	288.669,11	32.074.000,00	98.472.587,05	20.452.758,31	318.568,84	119.243.914,20	278.682.813,95
11 CERON	21.450.965,73	1.197.847,14	0,00	15.795.229,32	977.401,27	0,00	16.772.630,59	6.853.583,55
12 DIV. ATIVA PASEP	4.490.232,49	-1.216.188,41	0,00	1.272.254,28	1.957.962,40	0,00	3.230.216,68	2.001.789,80
13 PARCEL. INSS SESAU	2.003.700,36	-26.288,82	0,00	1.974.630,13	0,00	0,00	1.974.630,13	2.781,41
14 CAMINHO DA ESCOLA - BNDES	8.267.636,36	0,00	32.074.000,00	35.875.977,64	3.255.035,07	0,00	39.131.012,71	4.465.658,72
15 TERMO DE ACORDO	0,00	397.590,40	0,00	397.590,40	0,00	0,00	397.590,40	0,00
16 PROGRAMA EMERG. FINANCIAMENTO 1	112.624.000,00	0,00	0,00	9.385.333,28	11.323.456,41	0,00	20.708.789,69	103.238.666,72
17 DV. ALE JUNTO IPERON	29.977.481,48	0,00	0,00	1.885.328,16	1.867.576,42	0,00	3.752.904,58	28.092.153,32
18 CT 228.681-52 Saneamento Para Todos	13.777.108,32	166.414,73	0,00	0,00	831.049,11	318.568,84	1.149.617,95	13.943.523,05
19 INSS - (Parcelamento de Contribuições Vencidas)	148.528.565,97	-221.366,97	0,00	29.575.767,32	0,00	0,00	29.575.767,32	118.731.431,68
20 BNDES (Malha Rodoviária)	3.673.041,18	-9.338,96	0,00	2.310.476,52	240.277,63	0,00	2.550.754,15	1.353.225,70
02. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	61.808.252,68	2.416.661,51	0,00	3.406.213,88	849.696,20	38.716,47	4.294.626,55	60.818.700,31
DÍVIDA EM DÓLAR	18.440.052,44	2.108.193,37	0,00	1.543.576,73	776.547,33	35.016,47	2.355.140,53	19.004.669,08
21 BIB (CAERD)	194.389,92	-13.573,30	0,00	55.763,34	9.317,19	310,59	65.391,12	125.053,28
22 DMPL (Contrato 10/12883-2 - CAERD)	18.245.662,52	2.121.766,67	0,00	1.487.813,39	767.230,14	34.705,88	2.289.749,41	18.879.615,80
OUTROS CONTRATOS ADM. INDIRETA	43.368.200,24	308.468,14	0,00	1.862.637,15	73.148,87	3.700,00	1.939.486,02	41.814.031,23
23 PAES/PASEP - DEVOP	516.792,40	-41.306,14	0,00	120.000,00	72.224,99	0,00	192.224,99	355.486,26
24 PAES/INSS - DEVOP	3.061.176,25	40.047,24	0,00	412.583,54	0,00	0,00	412.583,54	2.688.639,95
25 REFIS/CEPRORD	21.572.537,48	0,00	0,00	18.575,25	452,90	1.700,00	20.728,15	21.553.962,23
26 PAES/INSS - CMR 1	270.556,76	3.186,83	0,00	38.615,05	0,00	0,00	38.615,05	235.128,54
27 FGTS/CEPRORD/PARCEL	382.068,80	15.504,59	0,00	84.130,57	0,00	0,00	84.130,57	313.442,82
28 CDHUR REPARCELAMENTO Lei 11.941/09	482.293,10	14.073,93	0,00	76.179,89	470,98	800,00	77.450,87	420.187,14
29 BERON REPARCELAMENTO	7.726.610,14	225.391,47	0,00	901.565,87	0,00	0,00	901.565,87	7.050.435,74
30 BERON/INSS/PAEX Lei 11.941/09	8.096.734,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	8.096.734,16
31 CDHUR/INSS/PAEX	1.259.431,15	51.570,22	0,00	210.986,98	0,00	0,00	210.986,98	1.100.014,39
TOTAL	2.147.507.406,22	92.960.079,24	32.074.000,00	198.157.977,68	124.631.273,74	1.254.020,69	324.043.272,11	2.074.383.507,78



7.5 CONTAS DO COMPENSADO

O Sistema de Compensação tem por finalidade o controle, relacionado aos bens, direitos, obrigações de responsabilidade do Estado relativa a atos e fatos envolvidos ou não com a execução orçamentária e financeira.

Ativo Compensado tem seus registros simultâneos com o Passivo Compensado, com função precípua de controle destinado ao registro de atos praticados pela administração, sendo que os registros realizados nas contas de compensação apresentam os seguintes saldos que totalizam R\$ 467.283.916,47.

CONTAS DO COMPENSADO			
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO	
Resp. por títulos e valores	41.847.104,04	Títulos e Valores sob Responsabilidade	42.082.269,50
Outras Compensações	20.258.022,50	Compensações Diversas	20.022.857,04
Direitos e Obrigações Contratuais	480.508.836,06	Direitos e Obrigações Contratada	480.508.836,06
TOTAL	542.613.962,60	TOTAL	542.613.962,60

Veja a composição por Poder e Órgão:

DEMONSTRATIVO DO ATIVO E PASSIVO COMPENSADO POR PODER E ÓRGÃO						
GRUPO	PODERES			ÓRGÃOS		TOTAL GERAL
	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TRIBUNAL DE CONTAS	
ATIVO COMPENSADO	523.142.162,00	3.184.246,24	4.664.019,02	20.694.873,24	929.862,20	552.615.162,70
PASSIVO COMPENSADO	523.142.162,00	3.184.246,24	4.664.019,02	20.694.873,24	929.862,20	552.615.162,70

Contas que exclusivamente é utilizada durante o exercício, não interessando, tecnicamente, a transposição dos respectivos saldos para o exercício seguinte, a não ser, as contas de responsabilidade por títulos e valores; como diárias e suprimento de fundos não prestados contas, obrigações a prescrever, acordos, ajustes e outros tipos de controle que demonstrem relevância.



7.6 RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

“A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.” Art. 104 da Lei 4.320.

O demonstrativo das variações patrimoniais pode ser considerado como Balanço Econômico do Estado, constituído dos grupos de contas variações ativas e passivas, aumentando ou diminuindo a situação patrimonial líquida, refletindo a dinâmica da gestão do exercício e espelhando as alterações havidas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tendo por finalidade revelar o resultado patrimonial do exercício.

Para obter uma visão global do seu comportamento, demonstramos sinteticamente em valores absolutos e relativos os fatores positivos e negativos que deram causa ao “superávit” econômico do Estado, dados do demonstrativo da variação patrimonial, conforme quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO						
ESPECIFICAÇÕES	RESULTANTE DO ORÇAMENTO (1)	%	INDEPENDENTE DO ORÇAMENTO (2)	%	TOTAL (1+2)	%
RECEITA	5.706.554.025,10	57,31	0,00	-	5.706.554.025,10	45,57
DESPESA	5.438.780.062,00	59,27	0,00	-	5.438.780.062,00	48,92
VARIAÇÕES						
ATIVAS	4.250.832.633,14	42,69	2.295.407.968,72	100	6.546.240.601,86	53,43
PASSIVAS	3.737.450.561,81	40,73	1.942.166.034,91	100	5.679.616.596,72	51,08
RESULTADO						
POSITIVO	9.957.386.658,24	100	2.295.407.968,72	100	12.252.794.626,96	100
NEGATIVO	9.176.230.623,81	100	1.942.166.034,91	100	11.118.396.658,72	100
SUPERÁVIT/DÉFICIT APURADO	781.156.034,43		353.241.933,81		1.134.397.968,24	

8 GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Ativa

Esta conta registra as importâncias relativas aos créditos tributários, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário público, mediante informação da Coordenadoria da Receita Estadual e Procuradoria Geral.



Dívida Passiva

Entende-se como Dívida Passiva toda e qualquer obrigação do Estado de Rondônia, ou seja, os compromissos contraídos pelo Estado para atender ao desequilíbrio orçamentário ou atender financiamentos de bens, obras ou serviços públicos. Nesta conta passiva, estão incluídas todas as obrigações do Estado que serão exigidas a curto e longo prazo. Assim, segundo a Lei 4.320/64, a Dívida Passiva classifica-se em:

Dívida Fundada

Compreende todos os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou aos financiamentos de obras e serviços públicos.

Segundo consta o Anexo 16, registra uma Dívida Fundada acumulada no valor de R\$ 2.074.383.507,78, que transfere para o exercício 2012.

Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante compreende os Restos a Pagar, os Serviços da Dívida a Pagar, os Precatórios a Pagar, os Credores, Consignações e Depósitos, no exercício de 2011. A movimentação da Dívida Flutuante do Estado apresenta-se na forma a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO EM 31 DEZ
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	365.786.378,71	544.925.837,07	365.786.378,71	544.925.837,07
SERVIÇO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CREDITORES	7.584.226,97	0,00	0,00	7.584.226,97
OBRIGAÇÕES	58.234,55	0,00	0,00	58.234,55
CONSIGNAÇÕES E DEPÓSITOS	79.382.040,67	868.276.916,67	866.632.517,02	81.026.440,32
TOTAL GERAL	452.810.880,90	1.413.202.753,74	1.232.418.895,73	633.594.738,91



Controladoria
Geral do Estado



9 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

O Governo do Estado de Rondônia no decorrer do exercício de 2011, preocupado com o desenvolvimento dos Municípios, fez transferências de recursos em decorrência de participação da arrecadação de tributos, muito embora se verifique dificuldade na execução orçamentária, cuja realização de pagamento independe de orçamento uma vez que ela é retida na fonte. Os repasses foram realizados sistematicamente a título de contribuições, no total de R\$ 709.123.672,32.

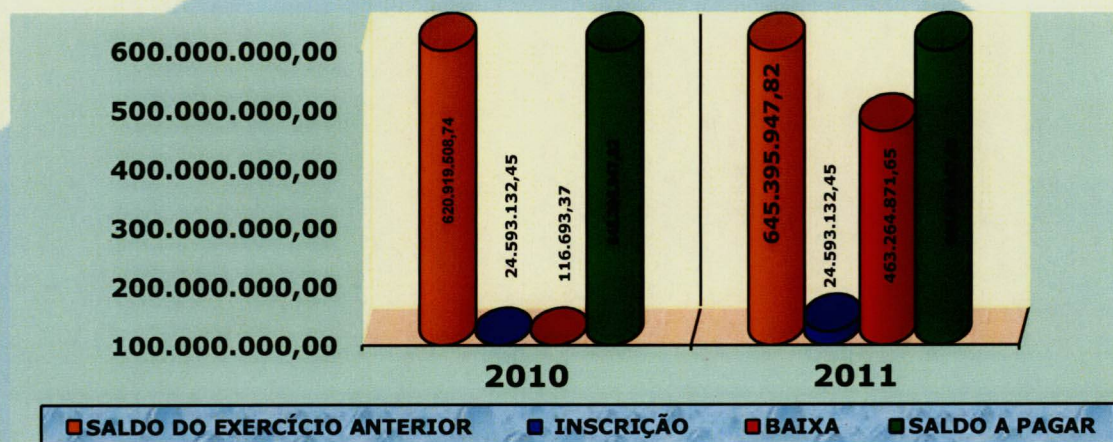
10 POSIÇÃO FINANCEIRA DOS PRECATÓRIOS

2011

Com relação aos precatórios sob responsabilidade do Tesouro Estadual, cuja execução ocorreu na dívida do Estado, emitida pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN temos a seguinte posição:

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DAS OBRIGAÇÕES JUDICIAIS - PRECATÓRIOS				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO A PAGAR
Obrigações Judiciais de Natureza Alimentar	235.487.767,95	113.472.818,37	413.634,73	535.649.606,31
Obrigações Judiciais de Natureza Comum	385.315.047,42	9.377.143,87	49.630.214,92	425.568.118,47
Obrigações Judiciais de Natureza Trabalhista	24.593.132,45	0,00	0,00	24.593.132,45
TOTAL OBRIGAÇÃO JUDICIAL - PRECATÓRIOS	645.395.947,82	122.849.962,24	463.264.871,65	985.810.857,23

Representação Gráfica





Controladoria
Geral do Estado



11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos as Contas de Gestão do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia - Confúcio Aires Moura, cumprindo atribuição privativa desta Controladoria Geral do Estado – CGE, buscamos incessantemente apresentar o resultado da análise com absoluta transparência e exatidão das informações contábeis.

Portanto, com a finalidade de destacar os resultados, colocamos em evidência os itens de maior relevância, ou seja, o cumprimento dos limites constitucionais de educação, saúde e pessoal e encargos por serem de suma importância dentro do contexto abordado.

Nosso objetivo foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no seguimento desta atribuição, e para tanto, foram implantados vários mecanismos que possibilitassem melhorar a qualidade das informações contábeis.

No momento em que encerramos o presente relatório, gostaríamos de fazer algumas considerações que julgamos oportunas:

- Toda a execução Orçamentária e Financeira está demonstrada no SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, de onde esta Comissão extraiu todos os dados para a elaboração deste Relatório de Controle Interno sobre a Prestação de Contas;
- Que a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN é a responsável pela execução orçamentária. Cumprindo desta forma, a letra "o" da Decisão nº 162/2011-Pleno – Prestação de Contas referente ao exercício de 2008;
- Que a Secretaria de Estado de Finanças — SEFIN é responsável pela execução financeira e consolidação das contas, com base nas informações contábeis, extraídas do banco de dados que é alimentado pelas respectivas unidades orçamentárias do Estado;
- Que não houve consolidação das empresas estatais dependentes;
- Quanto aos valores aplicados na Saúde, foram obedecidos os percentuais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. No exercício de 2011, o percentual foi de 13,64%, conforme demonstrações contidas neste relatório;
- Quanto aos valores destinados à Educação em 2011, ficou evidenciado o percentual de 26,70%, atendendo as normas constitucionais e LRF;



Controladoria
Geral do Estado



- O gasto total com Pessoal e Encargos obedeceu o estabelecido pela LRF, apontando o percentual de 50,75%, sendo que o limite máximo exigido pela legislação é de 60%, ou seja, uma diferença de 9,25%.

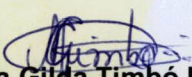
Ressalte-se ainda, que esta Controladoria elaborou um Anteprojeto de Lei o qual modifica a estrutura, cria um setor específico para cuidar das Contas Governamentais, bem como institui um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração visando à realização de concurso e capacitação de servidores para melhor auxiliar o Controle Externo.

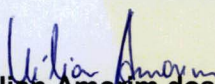
Sabemos que o resultado alcançado é fruto do trabalho em equipe que esta Controladoria desenvolve juntamente com as Secretarias Instrumentais e demais órgãos e que não medimos esforços para atingir as metas as quais nos propusemos.

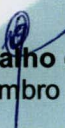
Destarte, encaminhamos a presente Prestação, nós o fazemos com o orgulho e firmeza do trabalho realizado sem economia de esforços. E, nossa recompensa reside na constatação de termos atingido, e até superado, as principais metas as quais nos propusemos.

É o Relatório, salvo melhor juízo.

Porto Velho, 04 de abril de 2012.

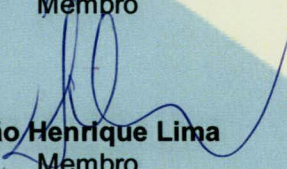

Maria Gilda Timbó Passos
Presidente


Uilian Amorim dos Santos
Membro

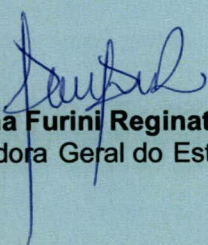

Grinaura Carvalho de Oliveira
Membro


Ana Rita de Oliveira Ferreira
Membro


Vaste Julien
Membro


João Henrique Lima
Membro

De Acordo:


Juliana Furini Reginato
Controladora Geral do Estado



Controladoria
Geral do Estado



CERTIFICADO DE AUDITORIA

INTERESSADO:	GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS
PERÍODO:	EXERCÍCIO DE 2011
RESPONSÁVEL:	CONFÚCIO AIRES MOURA
CPF:	037.338.311- 87
PERÍODO:	01.01.2011 a 31.12.2011

Certificamos que procedemos ao exame nos documentos que deram origem a Prestação de Contas, do exercício de 2011, bem como, foram efetuados no escopo do Relatório do Controle Interno, sobre as contas anuais do Governo do Estado de Rondônia, analisando os registros das atividades desenvolvidas no decorrer do período 01.01.2011 a 31.12.2011, quanto à regularidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de responsabilidade do Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Aires Moura:

1 - não foram constatados atos de improbidades que venham comprometer a gestão, no período em exame.

2 - verificamos ainda que, foram cumpridas com rigor as exigências determinadas pela Constituição Federal, na educação o índice aplicado apresentou o percentual de 26,70%, para a saúde o percentual de 13,64%, os quais são oriundos da Receita dos Impostos, conforme constatamos no Relatório de Controle Interno e demais demonstrativos e anexos do Balanço Geral.

3 - evidenciamos um controle constante sobre a utilização dos recursos disponíveis financeiros e orçamentários, onde ficou constatado um superávit realizado, valor de **R\$ 193.287.766,13 (cento e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e treze centavos)**, demonstrando assim o comprometimento das ações do Governo na gestão pública, de acordo com os documentos apresentados, na gestão orçamentária, financeira e patrimonial do período em análise, deixando claro **eficiência**, buscando sempre a economicidade na utilização dos recurso e **eficácia** no resultado operacional.



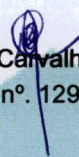
Controladoria
Geral do Estado



Diante do exposto, ressaltamos que os exames das contas ora apresentados, foram realizados dentro dos procedimentos aceitáveis pelo Controle Interno aplicado ao serviço público, contudo, ainda persiste uma fragilidade que é notória no sistema do controle das contas públicas do Estado, conforme está demonstrado nos autos.

Em nossa opinião, em face dos exames realizados nos autos, em vista da regular definição nos documentos e demais anexos, bem como o Balanço Geral do Estado de Rondônia, exercício de 2011, de acordo com os fatos apresentados, concluímos pela **Regularidade das contas**, por ter havido observância às normas estabelecidas na legislação contábil no âmbito da gestão pública, de responsabilidade do titular acima identificado.

Porto Velho, 09 de abril de 2012.


Grinaura Carvalho de Oliveira
Portaria nº. 129/GAB/CGE



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE FINANÇAS
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

ANEXO - 01

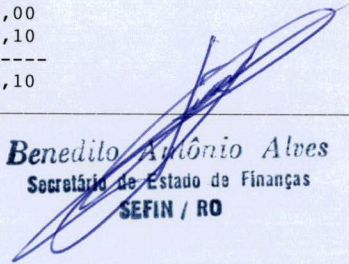
EXERCÍCIO - 2011

R E C E I T A			D E S P E S A		
RECEITAS CORRENTES		R\$	DESPESAS CORRENTES		R\$
RECEITA TRIBUTARIA	2.831.786.692,37		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.412.019.392,26	
RECEITA CONTRIBUICOES	238.930.347,89		JUROS E ENC. DA DIVIDA	125.885.294,43	
RECEITA PATRIMONIAL	132.348.916,38		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.194.428.476,86	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00				4.732.333.163,55
RECEITA INDUSTRIAL	0,00				
RECEITA DE SERVICOS	128.242.502,63				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	2.523.873.349,79				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	305.271.544,59				
DEDUCOES P/FORM. FUNDEF	-731.797.475,71				
RECEITA INTRA ORCAMENTARI	227.914.694,60	5.656.570.572,54			
			SUPERAVIT CORRENTE		924.237.408,99
SUBTOTAL		5.656.570.572,54	SUBTOTAL		5.656.570.572,54
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITOS	40.600.000,00		INVESTIMENTOS	484.666.575,77	
ALIENACOES DE BENS	150.300,00		INVERSOES FINANCEIRAS	23.622.345,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM.	5.782,12		AMORTIZACAO DA DIVIDA	198.157.977,68	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	9.227.370,44				
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	49.983.452,56	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	706.446.898,45
DEFICIT CAPITAL		656.463.445,89			
SUBTOTAL		706.446.898,45	SUBTOTAL		706.446.898,45
TOTAL		6.363.017.470,99	TOTAL		6.363.017.470,99

R E S U M O		RECEITA	DESPESA
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES		5.656.570.572,54	4.732.333.163,55
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL		49.983.452,56	706.446.898,45
SUB-TOTAL		5.706.554.025,10	5.438.780.062,00
SUPERAVIT ORCAMENTARIO		0,00	267.773.963,10
TOTAIS		5.706.554.025,10	5.706.554.025,10


Almir Brasil de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC: RO 001361


Juliana Furim Reginato
Controladora Geral do Estado - CGE


Benedito Antônio Alves
Secretário de Estado de Finanças
SEFIN / RO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE FINANÇAS
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

ANEXO - 02

EXERCÍCIO - 2011

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCICIO : 2011
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO.
07/02/2012 FOLHA: 1

CODIGO DA RECEITA	! ESPECIFICACAO !	ALINEAS E SUBALINEAS !	RUBRICAS !	FONTE SUB-CAT. ECONOMICA !	CATEGORIA ECONOMICA
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	6.160.453.353,65
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	2.831.786.692,37	0,00
1.1.1.0.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	2.777.252.429,90	0,00
1.1.1.2.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	0,00	292.098.633,25	0,00	0,00
1.1.1.2.04.00	IMP.S/RENDA E PROV.QUALQ.NATUREZA	167.727.471,91	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.31	IRRF SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	167.727.471,91	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.05.00	IMPOSTO S/PROPRIEDADE DE VEICULOS AUT	119.760.294,42	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.07.00	IMP.S/TRANSM."C.MORTIS"E DOACAO BENS	4.610.866,92	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULAC	0,00	2.485.153.796,65	0,00	0,00
1.1.1.3.02.00	IMP. SOBRE OPER. REL. CIRC. MERCADORI	2.485.153.796,65	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.00	TAXAS	0,00	0,00	54.534.262,47	0,00
1.1.2.1.00.00	TAXAS P/EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0,00	7.211.015,03	0,00	0,00
1.1.2.1.17.00	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SA	322.659,54	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.21.00	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIE	6.727.926,89	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.99.00	OUTRAS TAXAS P/EXERCICIO DO PODER DE	160.428,60	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.99.01	OUT.TX.P/EXERC.DO PODER DE POLICIA-FU	160.428,60	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0,00	47.323.247,44	0,00	0,00
1.1.2.2.08.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	16.782.025,32	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.11.00	TAXAS DE UTIL.DO SIST.COMER.EXTERIOR-	7.618.795,57	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.12.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMI	57.259,93	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.29.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	10.700.285,81	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVIC	12.164.880,81	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.01	OUTRAS TAXAS P/PRESTACAO DE SERVICOS	551.887,79	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.02	OUTRAS TAXAS P/PRESTACAO DE SERVICOS-	5.905.658,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.03	= OUTRAS TAXAS P/PRESTACAO DE SERVICO	3.124.816,50	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.04	OUTRAS TAXAS P/PREST. DE SERVICOS - F	2.137.583,02	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.05	OUT.TAXAS P/PREST.DE SERV. - IMPRENSA	50.803,40	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.06	OUTRAS TAXAS P/PRESTACAO DE SERVICOS	379.962,74	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.07	OUTRAS TAXAS PREST. DE SERV.FUMRESPOM	14.169,36	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	238.930.347,89	0,00
1.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	0,00	238.930.347,89	0,00
1.2.1.0.29.00	CONTRIB.PREVIDENC.DO REGIME PROPRIO	236.599.310,40	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.01	= CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR A	3.226.246,10	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.07	= CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO CIVI	202.467.783,16	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.08	= CONTRIBUICAO DE SERVIDOR ATIVO MILI	24.597.347,91	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.09	= CONTRIBUICOES DE SERVIDOR INATIVO C	4.126.910,45	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.10	= CONTRIBUICOES DE SERVIDOR INATIVO M	1.162.488,13	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.11	= CONTRIBUICOES DE PENSIONISTA CIVIL	907.605,87	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.29.12	= CONTRIBUICOES DE PENSIONISTA MILITA	110.928,78	0,00	0,00	0,00
1.2.1.0.46.00	COMPENS.PREV.ENTRE REG.G.E OS REG.PRO	2.331.037,49	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	132.348.916,38	0,00
1.3.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	0,00	132.348.916,38	0,00
1.3.2.2.00.00	DIVIDENDOS	0,00	159,02	0,00	0,00
1.3.2.5.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	72.824.344,32	0,00	0,00
1.3.2.5.01.00	REMUNERACAO DE DEP. DE RECURSOS VINCU	50.042.647,04	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.02	= RECEITA DE REM.DEPOS.BANC.REC.VINC.	4.138.348,13	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.03	= RECEITA DE REM.DEPOS.BANC.REC.VINC.	4.946.515,78	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.01.99	= RECEITA DE REM.DE OUT.DEPOS.BANC.DE	40.957.783,13	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.02.00	REMUNER.DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO V	22.781.697,28	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCICIO : 2011
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO.
07/02/2012 FOLHA: 2

CODIGO DA RECEITA	! ESPECIFICACAO !	ALINEAS E SUBALINEAS !	RUBRICAS !	FONTE ! SUB-CAT. ECONOMICA !	CATEGORIA ECONOMICA
1.3.2.5.02.99	REMUNER.DE OUTROS DEP. DE REC. NAO VI	22.781.697,28	0,00	0,00	0,00
1.3.2.8.00.00	REMUN.INVEST.REGIME PROP.PREV.DO SERV	0,00	59.524.413,04	0,00	0,00
1.3.2.8.10.00	REMUN.INVEST.REGIME PROP.PREV.SERV.RE	51.851.292,25	0,00	0,00	0,00
1.3.2.8.20.00	REMUNERACAO DE INVESTIMENTO DE RENDA	7.673.120,79	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00	128.242.502,63	0,00
1.6.0.0.11.00	SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	1.285.837,03	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.11.03	SERVICOS DE METROLOGIA LEGAL	1.285.837,03	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	111.138.293,99	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.01	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PU	250.780,41	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.02	SERVICOS DE VENDAS DE EDITAIS	180,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.99	OUTROS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	110.887.333,58	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.14.00	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	9.975.622,47	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.24.00	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	5.415.955,43	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.00	OUTROS SERVICOS	426.793,71	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.01	OUTROS SERVICOS - FUPEN	75.487,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.04	OUTROS SERVICOS - FDI	351.306,71	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	2.523.873.349,79	0,00
1.7.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	2.503.452.561,92	0,00
1.7.2.1.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	1.957.767.768,28	0,00	0,00
1.7.2.1.01.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	1.729.850.225,40	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.01	COTA-PARTE-FUNDO PART.ESTADO E DISTR.	1.691.830.424,54	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.12	COTA-PARTE DO IMP.S/PROD.INDUST.-EST.	7.595.470,04	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.13	COTA-PARTE DA CONTRIB. DE INTERV. NO	30.136.931,57	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.32	COTA-PARTE IMP.S/OPER.,CRED.CAMB.E SE	287.399,25	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	937.858,19	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.09.99	DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	937.858,19	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.00	TRANSF.DA COMP.FINANC.EXPL.RECURSOS N	7.638.311,42	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.11	COTA-PARTE DA COMP.FINAN.DE RECURSOS	1.113.050,27	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.20	COTA-PARTE DA COMP.FINANC.RECURSOS MI	664.516,73	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.22.70	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRO	5.860.744,42	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS	103.053.190,37	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.02	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS	103.053.190,37	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.34.00	TRASNF.REC.FUNDO NAC.ASSIST.SOC.-FNAS	1.079.552,24	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.00	TRANSFERENCIAS DOS RECURSOS DO FNDE	43.769.012,14	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.01	TRANSFERENCIAS DO SALARIO EDUCACAO	23.680.245,28	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.02	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE AO PDD	19.629,60	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.03	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNA	18.147.294,85	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.04	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNA	1.054.012,41	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.35.99	OUTRAS TRASFERENCIAS DIRETAS DO FNDE	867.830,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.00	TRANSF.FINANC.DO ICMS-DESONERACAO-LC.	3.647.328,72	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	67.792.289,80	0,00	0,00	0,00
1.7.2.4.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	545.684.793,64	0,00	0,00
1.7.2.4.01.00	TRANSFERENCIAS DOS RECURSOS DO FUNDEB	545.684.793,64	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	20.420.787,87	0,00
1.7.6.1.00.00	TRANSF.CONV. UNIAO E DE SUAS ENTIDADE	0,00	19.147.445,90	0,00	0,00
1.7.6.1.01.00	TRANSFERENCIA DE CONVênIOS DA UNIAO P	629.073,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.02.00	TRANSFER. DE CONV. DA UNIAO P/A EDUCA	4.777.980,02	0,00	0,00	0,00
1.7.6.1.99.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA	13.740.392,88	0,00	0,00	0,00
1.7.6.3.00.00	TRANSF.DE CONV.DOS MUNIC.E DE SUAS EN	0,00	885.921,91	0,00	0,00
1.7.6.3.99.00	OUTRAS TRANSF.DE CONVENIOS DOS MUNICI	885.921,91	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCICIO : 2011
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO.
07/02/2012 FOLHA: 3

CODIGO DA RECEITA	ESPECIFICACAO	ALINEAS E SUBALINEAS	RUBRICAS	FONTE SUB-CAT. ECONOMICA	CATEGORIA ECONOMICA
1.7.6.3.99.01	OUTRAS TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS	885.921,91	0,00	0,00	0,00
1.7.6.4.00.00	TRANSF. DE CONVENIOS DE INSTITUICOES	0,00	387.420,06	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	305.271.544,59	0,00
1.9.1.0.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	108.582.546,45	0,00
1.9.1.5.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA D.A.DE OUTRAS	0,00	14.633,15	0,00	0,00
1.9.1.5.99.00	OUTRAS MTAS.E JRS.DE MORA DA D.A. OUT	14.633,15	0,00	0,00	0,00
1.9.1.5.99.01	OUTRAS MTAS E JRS. DE MORA D.A.OUT.RE	14.633,15	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	108.567.913,30	0,00	0,00
1.9.1.9.15.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO DE TRA	8.529.027,53	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.27.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	1.433.310,70	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.99.00	OUTRAS MULTAS	98.605.575,07	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	11.907.489,81	0,00
1.9.2.1.00.00	INDENIZACOES	0,00	146.305,75	0,00	0,00
1.9.2.1.06.00	INDENIZACOES P/DANOS CAUSADOS AO PATR	77.057,70	0,00	0,00	0,00
1.9.2.1.99.00	OUTRAS INDENIZACOES	69.248,05	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.00.00	RESTITUICOES	0,00	11.761.184,06	0,00	0,00
1.9.2.2.07.00	RECUPERACAO DE DESP.DE EXERCICIOS ANT	866.466,79	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.00	OUTRAS RESTITUICOES	10.894.717,27	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	41.017.886,88	0,00
1.9.3.1.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	0,00	39.365.797,91	0,00	0,00
1.9.3.1.14.00	REC.D.ATIV.IMP.S/PROP. DE VEICULOS AU	1.724.381,44	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.15.00	REC.D.ATIV.DO IMP.S/CIRC.DE MERC.PST.	37.641.416,47	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARI	0,00	1.652.088,97	0,00	0,00
1.9.3.2.99.00	RECEITA DIV.ATIVA NAO TRIB.DE OUTRAS	1.652.088,97	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.01	REC.DIV.ATIV.NAO TRIB.DE OUT.RECEITAS	1.192.082,61	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.10	DIVIDA ATIVA CUSTAS	308.560,98	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.11	DIVIDA ATIVA-MULTA CONTRATUAL TJRO	37.934,19	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.12	DIVIDA ATIVA RESSARCIMENTO TJ-RO	106.929,41	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.13	DIVIDA ATIVA - CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	6.581,78	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	143.763.621,45	0,00
1.9.9.0.02.00	REC.DE ONUS DE SUCUMBENCIA DE ACOES J	40.740,26	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.02.02	RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	40.740,26	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS	143.722.881,19	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	49.983.452,56
2.1.0.0.00.00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	40.600.000,00	0,00
2.1.1.0.00.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	0,00	0,00	40.600.000,00	0,00
2.1.1.4.00.00	OPERACOES DE CREDITOS INTERNAS-CONTRA	0,00	40.600.000,00	0,00	0,00
2.1.1.4.01.00	OPERAC.DE CREDITOS P/PROGRAMAS DE EDU	40.600.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	150.300,00	0,00
2.2.1.0.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	150.300,00	0,00
2.3.0.0.00.00	AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	5.782,12	0,00
2.3.0.0.80.00	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS	5.782,12	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.80.02	= AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS DE PR	5.782,12	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	9.227.370,44	0,00
2.4.7.0.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIO	0,00	0,00	9.227.370,44	0,00
2.4.7.1.00.00	TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUA	0,00	9.227.370,44	0,00	0,00
2.4.7.1.99.00	OUTRAS TRANSF. DE CONV. UNIAO	9.227.370,44	0,00	0,00	0,00
7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES-INTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	227.914.694,60
7.2.0.0.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUICOES-INTRA-ORCAM	0,00	0,00	227.914.694,60	0,00
7.2.1.0.00.00	CONTRIBUICOES SOCIAIS-INTRA-ORCAMENTA	0,00	0,00	227.914.694,60	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCICIO : 2011
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO.
07/02/2012 FOLHA: 4

CODIGO DA RECEITA	! ESPECIFICACAO !	ALINEAS E SUBALINEAS	! RUBRICAS !	FONTE SUB-CAT. ECONOMICA	! CATEGORIA ECONOMICA !
7.2.1.0.29.00	CONTRIBUICOES PARA O RPPS	227.914.694,60	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.29.01	= CONT.PATRONAL P/REGIME PROPRIO DE P	199.976.346,97	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.29.02	= CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO	24.011.721,61	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.29.15	= CONT.PREV.EM REGIME DE PARCELAMENTO	3.926.626,02	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00	DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	731.797.475,71
9.1.0.0.00.00	DEDUCAO DAS RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	391.562.605,10	0,00
9.1.1.0.00.00	DEDUCAO DAS RECEITAS TRIBUTARIAS-IMPO	0,00	0,00	391.562.605,10	0,00
9.1.1.2.00.00	DEDUCAO RECEITAS-IMPOSTOS S/PATRIM.E	0,00	12.763.166,09	0,00	0,00
9.1.1.2.05.00	* DEDUCAO DE RECEITA-IPVA P/FORM.DO F	12.163.740,56	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.07.00	* DEDUCAO RECEITA DE ITCMD P/FORMACAO	599.425,53	0,00	0,00	0,00
9.1.1.3.00.00	DEDUCAO DE RECEITA DE ICMS	0,00	378.799.439,01	0,00	0,00
9.1.1.3.02.00	* DEDUCAO DE RECEITA-ICMS P/FORMACAO-	378.799.439,01	0,00	0,00	0,00
9.7.0.0.00.00	DEDUCAO DAS RECEITAS DE TRANSF. CORRE	0,00	0,00	340.234.870,61	0,00
9.7.2.0.00.00	DEDUCAO RECEITAS-TRANSF.INTRAGOVERNAM	0,00	0,00	340.234.870,61	0,00
9.7.2.1.00.00	DEDUCAO DAS RECEITAS DE TRANSF. DA UN	0,00	340.234.870,61	0,00	0,00
9.7.2.1.01.00	DEDUCAO RECEITAS-PARTIC.RECEITAS DA U	339.505.404,89	0,00	0,00	0,00
9.7.2.1.01.01	* DEDUCAO DE RECEITA P/FORMACAO DO FU	338.366.084,57	0,00	0,00	0,00
9.7.2.1.01.12	* DED.DE REC.P/FORMACAO FUNDEB-IPI EX	1.139.320,32	0,00	0,00	0,00
9.7.2.1.36.00	* DED.REC.P/FORM.DO FUNDEB-ICMS-DESON	729.465,72	0,00	0,00	0,00

RESUMO

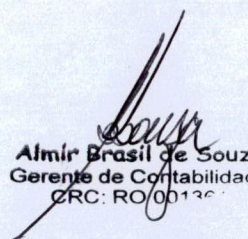
RECEITAS CORRENTES :

RECEITA TRIBUTARIA	:	2.831.786.692,37	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	:	238.930.347,89	
RECEITA PATRIMONIAL	:	132.348.916,38	
RECEITA AGROPECUARIA	:	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	:	0,00	
RECEITA DE SERVICOS	:	128.242.502,63	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	:	2.523.873.349,79	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	:	305.271.544,59	
DEDUCAO DA RECEITA	:	-731.797.475,71	
RECEITA INTRA ORCAMENTARI	:	227.914.694,60	
TOTAL DO GRUPO	:		5.656.570.572,54

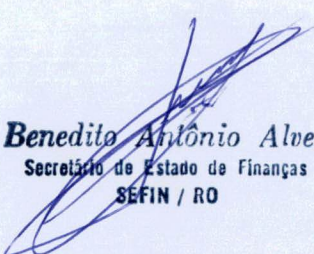
RECEITAS DE CAPITAL :

OPERACOES DE CREDITO	:	40.600.000,00	
ALIENACAO DE BENS	:	150.300,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	:	5.782,12	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	:	9.227.370,44	
OUTRAS RECEITA DE CAPITAL	:	0,00	
TOTAL DO GRUPO	:		49.983.452,56

RECEITA TOTAL	:		5.706.554.025,10
---------------	---	--	------------------


Almir Brasil de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC: RO/00136


Juliana Furini Reginato
Controladora Geral do Estado - CGE


Benedito Antônio Alves
Secretário de Estado de Finanças
SEFIN / RO



***GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE FINANÇAS
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE***

ANEXO - 02a

EXERCÍCIO - 2011

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 1

ORGÃO	01.001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
UO	01.001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
CODIGO	DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		131.464.432,23
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		89.268.561,96
3.1.40.00	TRANSFERENCAS A MUNICIPIOS	65.996,03	
3.1.40.13	OBRIGACOES PATRONAIS	65.996,03	
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	86.829.625,29	
3.1.90.03	PENSOES	1.517.328,36	
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	68.244.676,57	
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	9.460.219,19	
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.221.249,44	
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	934.050,46	
3.1.90.94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	4.368.734,82	
3.1.90.96	RESSARC.DE DESP.DE PESSOAL REQUISITADO	83.366,45	
3.1.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	2.372.940,64	
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.372.940,64	
3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.867.576,42
3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.867.576,42	
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	1.867.576,42	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.328.293,85
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	3.768,71	
3.3.40.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS	3.768,71	
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	81.204,17	
3.3.50.41	CONTRIBUICOES	81.204,17	
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	40.235.189,74	
3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	38.453,00	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	532.060,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	588.228,73	
3.3.90.31	A PREMIACOES CULT.ART.CIENT.DESP.E OUTRAS	14.080,00	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.064.663,00	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	596.750,00	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	214.297,47	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 2

3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.601.047,25	
3.3.90.46	AUXILIO ALIMENTACAO	2.381.441,03	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	1.341.823,38	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.078.321,33	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.784.024,55	
3.3.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	8.131,23	
3.3.91.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.131,23	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		13.148.278,23
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		11.262.950,07
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	11.262.950,07	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	9.936.899,00	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.326.051,07	
4.6.00.00	AMORTIZACAO DE DIVIDA		1.885.328,16
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.885.328,16	
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA POR CONTRATO	1.885.328,16	
TOTAL			144.612.710,46

ORGAO	02.001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDONIA		
UO	02.001	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDONIA		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		74.587.603,83
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		58.898.895,17
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	55.864.047,81	
3.1.90.01		APOSENTADORIAS E REFORMAS	5.460.442,65	
3.1.90.03		PENSOES	1.629.151,15	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.191.151,71	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	1.704.179,29	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	140.610,87	
3.1.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.986.100,81	
3.1.90.94		INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	570.060,75	
3.1.90.96		RESSARC.DE DESP.DE PESSOAL REQUISITADO	182.350,58	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 3

3.1.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	3.034.847,36	
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	3.034.847,36	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.688.708,66
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	15.688.708,66	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.929.144,60	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.347.463,93	
3.3.90.31	A PREMIACOES CULT.ART.CIENT.DESP.E OUTRAS	2.250,00	
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	113.391,00	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	510.000,00	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	443.488,00	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	650.413,28	
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.994.940,27	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.129.842,42	
3.3.90.46	AUXILIO ALIMENTACAO	1.996.348,52	
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	34.427,58	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	748.612,83	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.886,57	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.754.499,66	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		2.806.908,81
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		2.806.908,81
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	2.806.908,81	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	1.626.619,30	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	839.293,50	
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	340.996,01	
TOTAL			77.394.512,64

ORGAO	02.011	FDI/TC		
UO	02.011	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		316.513,82
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		316.513,82

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 4

3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	316.513,82	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	40.923,95	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	269.105,42	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.484,45	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		50.054,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		50.054,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	50.054,00	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.054,00	
TOTAL			366.567,82

ORGAO	03.001	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA		
UO	03.001	TRIBUNAL DE JUSTICA		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		385.807.580,53
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		345.654.532,95
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	324.839.755,14	
3.1.90.01		APOSENTADORIAS E REFORMAS	22.058.710,40	
3.1.90.03		PENSOES	3.543.236,62	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	230.379.682,01	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	3.490.303,37	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.677.025,45	
3.1.90.91		SENTENCAS JUDICIARIAS	36.612.033,24	
3.1.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.023.916,13	
3.1.90.94		INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	54.847,92	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	20.814.777,81	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	20.693.940,52	
3.1.91.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	120.837,29	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.153.047,58
3.3.50.00		TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	12.000,00	
3.3.50.41		CONTRIBUICOES	12.000,00	
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	40.111.047,58	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 5

3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.701.957,49
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	228.893,89
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.681.740,71
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	9.197,00
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	953.734,34
3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.428.928,87
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.352.645,94
3.3.90.46	AUXILIO ALIMENTACAO	14.443.870,89
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	26.155,93
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	2.785.906,27
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	49.213,03
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	13.448.803,22
3.3.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	30.000,00
3.3.91.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	30.000,00
TOTAL		385.807.580,53

ORGAO	03.011 FUNDO DE APERF. DOS SERVICOS JUDICIARIOS		
UO	03.011 FUNDO DE APERF. DOS SERVICOS JUDICIARIOS		
CODIGO	DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		23.376.523,72
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.376.523,72
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	213.144,33	
3.3.20.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	213.144,33	
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	23.163.379,39	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.954.315,99	
3.3.90.15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.600,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.548.886,35	
3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	7.960,00	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	612.927,55	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	583.448,31	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.457.325,63	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 6

3.3.90.37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.636.948,54	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	12.551.344,21	
3.3.90.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	48.574,07	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	47.294,74	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.711.754,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		24.268.134,11
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		13.429.684,11
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	13.429.684,11	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	6.515.257,01	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.341.585,19	
4.4.90.61	AQUISICAO DE IMOVEIS	3.572.841,91	
4.5.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		10.838.450,00
4.5.90.00	APLICACOES DIRETAS	10.838.450,00	
4.5.90.61	AQUISICAO DE IMOVEIS USADOS	10.838.450,00	
TOTAL			47.644.657,83

ORGAO	11.003	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		
UO	11.003	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		19.045.332,43
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.293.619,36
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	16.019.047,67	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.918.657,71	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	90.992,09	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	9.397,87	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	1.274.571,69	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	1.274.571,69	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.751.713,07
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	1.748.078,87	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	92.062,16	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	222.287,24	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 7

3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	54.000,00	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.043.089,57	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	216.688,98	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.944,98	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	110.005,94	
3.3.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	3.634,20	
3.3.91.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.634,20	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		1.676.092,20
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		1.676.092,20
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.676.092,20	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.676.092,20	
TOTAL			20.721.424,63

ORGAO	11.005	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO		
UO	11.005	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		7.978.006,38
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.282.464,41
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	5.013.741,56	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	8,16	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.594.504,48	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	101.312,26	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	317.916,66	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	268.722,85	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	268.722,85	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.695.541,97
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	2.695.541,97	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	63.640,00	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	169.602,00	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.215.303,18	
3.3.90.49		AUXILIO TRANSPORTE	147.546,80	

3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	99.449,99	
	TOTAL		7.978.006,38

ORGAO	11.008	SUPERINTENDENCIA EST.DE COMPRAS E LICITACAO		
UO	11.008	SUPERINTENDENCIA EST DE COMPRAS E LICITACAO		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		4.013.474,60
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.363.717,61
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	3.305.969,11	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	70,72	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.992.946,39	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	281.824,54	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	31.127,46	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	57.748,50	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	57.748,50	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		649.756,99
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	649.756,99	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	35.030,00	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	43.391,57	
3.3.90.36		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.400,00	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	450.561,10	
3.3.90.49		AUXILIO TRANSPORTE	73.500,93	
3.3.90.93		INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.873,39	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		6.272,00
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		6.272,00
4.4.90.00		APLICACOES DIRETAS	6.272,00	
4.4.90.52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.272,00	
		TOTAL		4.019.746,60

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 9

ORGAO	11.009	COORDENADORIA GERAL DE APOIO A GOVERNADORIA		
UO	11.009	COORDENADORIA DE APOIO A GOVERNADORIA		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		39.956.215,62
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.581.005,43
3.1.20.00		TRANSFERENCAS A UNIAO	16.496,42	
3.1.20.96		RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PESSOAL REQUISITAD	16.496,42	
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	17.309.733,44	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	32,64	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.533.044,86	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	1.761.059,68	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	14.160,19	
3.1.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.436,07	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	254.775,57	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	254.775,57	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.375.210,19
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	22.357.547,63	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	499.470,00	
3.3.90.15		DIARIAS - PESSOAL MILITAR	1.006.772,76	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	1.528.027,31	
3.3.90.33		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.622.911,51	
3.3.90.36		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	184.526,00	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	16.932.741,47	
3.3.90.49		AUXILIO TRANSPORTE	343.456,76	
3.3.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	41.785,01	
3.3.90.93		INDENIZACOES E RESTITUICOES	197.856,81	
3.3.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	17.662,56	
3.3.91.47		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	17.662,56	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		2.625.262,82
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		2.625.262,82
4.4.90.00		APLICACOES DIRETAS	2.625.262,82	
4.4.90.52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.363.262,82	
4.4.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	196.200,00	

4.4.90.93 INDENIZACOES E RESTITUICOES 65.800,00

TOTAL 42.581.478,44

ORGAO	11.012	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
UO	11.012	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		2.088.613,12
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.088.613,12
3.3.40.00		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	208.445,13	
3.3.40.41		CONTRIBUICOES	208.445,13	
3.3.50.00		TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	307.980,49	
3.3.50.41		CONTRIBUICOES	211.980,49	
3.3.50.43		SUBVENCOES SOCIAIS	96.000,00	
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	1.572.187,50	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57.939,00	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	141.094,98	
3.3.90.33		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.926,43	
3.3.90.36		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.220,00	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.005.718,30	
3.3.90.93		INDENIZACOES E RESTITUICOES	344.288,79	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		2.278.868,15
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		2.278.868,15
4.4.40.00		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	2.156.031,15	
4.4.40.42		AUXILIOS	2.156.031,15	
4.4.90.00		APLICACOES DIRETAS	122.837,00	
4.4.90.52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	122.837,00	
TOTAL				4.367.481,27

ORGAO	11.014	FUNDO EST. PREVI. FISC. REPREEN. INTOPORPECEN		
UO	11.014	FUNDO ESTADUAL DE PREV. FISC REPREENS. INTORP		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 11

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		216.646,50
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS		216.646,50
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	216.646,50	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	30.685,00	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	55.400,55	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.598,95	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	127.962,00	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		218.166,20
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS		218.166,20
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	218.166,20	
		218.166,20	
	TOTAL		434.812,70

ORGAO	13.001	SEC.DE EST.DO PLANEJAMENTO E COORD. GERAL.		
UO	13.001	SEC.DE EST.DO PLANEJAMENTO E COORD. GERAL.		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		21.560.295,46
3.1.40.00		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS		7.041.611,38
3.1.40.96		RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISIT	3.637,36	
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	3.637,36	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	6.821.253,73	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	108,80	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	6.265.767,56	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	429.888,34	
3.1.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	120.181,64	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	5.307,39	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	216.720,29	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.720,29	
3.3.20.00		TRANSFERENCIAS A UNIAO		14.518.684,08
3.3.20.41		CONTRIBUICOES	499.470,00	
			499.470,00	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 12

3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	14.011.005,53	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	279.921,12	
3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	363.205,96	
3.3.90.20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	39.333,86	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.516.011,90	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	25.000,00	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	494.190,00	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	64.106,66	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	10.885.597,50	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	141.459,63	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.151,38	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	179.027,52	
3.3.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	8.208,55	
3.3.91.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.208,55	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		48.083.064,59
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		48.083.064,59
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	655.000,00	
4.4.40.42	AUXILIOS	655.000,00	
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	265.000,00	
4.4.50.42	AUXILIOS	265.000,00	
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	47.163.064,59	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	41.531.633,96	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.618.930,63	
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.500,00	
TOTAL			69.643.360,05

ORGAO	14.001	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS		
UO	14.001	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		154.721.943,26
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		132.106.062,45

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 13

3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	121.784.924,90	
3.1.90.09	SALARIO-FAMILIA	64,52	
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.675.807,15	
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	676.853,79	
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	41.324,08	
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.085.350,00	
3.1.90.94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	7.305.525,36	
3.1.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	10.321.137,55	
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	10.321.137,55	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.615.880,81
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	22.615.880,81	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	457.740,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	747.877,06	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	7.900,00	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	112.625,46	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19.382.420,01	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	842.268,88	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64.557,09	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.000.492,31	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		5.247.429,50
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		5.247.429,50
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	5.247.429,50	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	4.215.070,50	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.032.359,00	
TOTAL			159.969.372,76

ORGAO	14.002	RECURSO SOB A SUPERVISAO DA SEFIN		
UO	14.002	RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFIN		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		905.837.357,39
3.2.00.00		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		124.017.718,01

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 14

3.2.90.00	APLICACOES DIRETAS	124.017.718,01	
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	122.763.697,32	
3.2.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	1.254.020,69	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		781.819.639,38
3.3.20.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	42.835.079,84	
3.3.20.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUITIVAS	42.835.079,84	
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	709.123.672,32	
3.3.40.81	DISTRIBUICAO DE RECEITAS	709.123.672,32	
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	29.860.887,22	
3.3.90.91	SENTENCAS JUDICIARIAS	28.029.992,21	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.830.895,01	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		196.272.649,52
4.6.00.00	AMORTIZACAO DE DIVIDA		196.272.649,52
4.6.90.00	APLICACOES DIRETAS	196.272.649,52	
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DIVIDA POR CONTRATO	196.272.649,52	
TOTAL			1.102.110.006,91

ORGAO	14.011	FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITACAO		
UO	14.011	FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITACAO		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		3.498.279,68
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.498.279,68
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	3.498.279,68	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	3.498.279,68	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		110.006.849,62
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		110.006.849,62
4.4.40.00		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	24.642.632,80	
4.4.40.42		AUXILIOS	24.642.632,80	
4.4.90.00		APLICACOES DIRETAS	85.364.216,82	
4.4.90.51		OBRAS E INSTALACOES	66.961.229,79	
4.4.90.52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.401.033,00	

4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES 1.954,03

TOTAL 113.505.129,30

ORGAO	14.020	DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTADO		
UO	14.020	DEPART DE EST DE ROD E TRANSP DO ESTADO		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		76.924.915,16
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		36.518.053,13
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	35.034.366,16	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	27,20	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.991.295,53	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	2.023.497,63	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	19.545,80	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	1.483.686,97	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	1.483.686,97	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.406.862,03
3.3.40.00		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	1.335.000,00	
3.3.40.41		CONTRIBUICOES	1.335.000,00	
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	38.990.304,25	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	628.200,00	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	22.938.532,49	
3.3.90.36		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	122.700,00	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.947.298,16	
3.3.90.49		AUXILIO TRANSPORTE	1.466.668,17	
3.3.90.91		SENTENCAS JUDICIARIAS	2.070.979,26	
3.3.90.92		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	32.309,10	
3.3.90.93		INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.783.617,07	
3.3.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	81.557,78	
3.3.91.47		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	81.557,78	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		55.726.789,65
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		55.726.789,65

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 16

4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	15.400.480,18
4.4.40.42	AUXILIOS	15.400.480,18
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	30.000,00
4.4.50.41	CONTRIBUICOES	30.000,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	40.296.309,47
4.4.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	2.687.869,23
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	31.987.184,42
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.534.861,30
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	86.394,52
TOTAL		132.651.704,81

ORGAO	14.021 DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO		
UO	14.021 DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO		
CODIGO	DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		10.111.704,98
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.454.911,93
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	8.359.221,88	
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.166.726,09	
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	1.192.495,79	
3.1.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	95.690,05	
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	95.690,05	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.656.793,05
3.3.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	45.000,00	
3.3.40.41	CONTRIBUICOES	45.000,00	
3.3.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	50.000,00	
3.3.50.41	CONTRIBUICOES	50.000,00	
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.561.793,05	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	182.120,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	248.671,19	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	716.539,55	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	266.447,32	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 17

3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	148.014,99	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		45.208.525,55
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		45.208.525,55
4.4.40.00	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	16.751.073,43	
4.4.40.42	AUXILIOS	16.751.073,43	
4.4.50.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	1.267.309,06	
4.4.50.42	AUXILIOS	1.267.309,06	
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	27.190.143,06	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	24.733.381,56	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.397.301,62	
4.4.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.059.459,88	
TOTAL			55.320.230,53

ORGAO	15.001	SEC. EST. SEGUR. PUBL. E DEFESA DA CIDADANIA		
UO	15.001	SEC.DE EST.DA SEGUR.E DEFESA E DA CIDADANIA		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		528.875.986,91
3.1.00.00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		443.396.573,36
3.1.20.00		TRANSFERENCAS A UNIAO	348.782,30	
3.1.20.96		RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PESSOAL REQUISITAD	348.782,30	
3.1.90.00		APLICACOES DIRETAS	403.038.500,98	
3.1.90.09		SALARIO-FAMILIA	95,20	
3.1.90.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	181.185.986,94	
3.1.90.12		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	217.040.980,43	
3.1.90.13		OBRIGACOES PATRONAIS	226.629,64	
3.1.90.16		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	184.904,97	
3.1.90.17		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR	4.399.903,80	
3.1.91.00		APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	40.009.290,08	
3.1.91.13		OBRIGACOES PATRONAIS	40.009.290,08	
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		85.479.413,55
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	85.324.606,76	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO: 2011 REFERENCIA: DEZEMBRO
ANEXO 02a DA LEI 4.320/64 07/02/2012 FOLHA: 18

3.3.90.08	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	39.606,27	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.174.420,00	
3.3.90.15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	2.554.080,00	
3.3.90.19	AUXILIO FARDAMENTO	6.953.560,84	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	16.706.876,22	
3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.890,62	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	432.831,38	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	34.694.839,53	
3.3.90.46	AUXILIO ALIMENTACAO	12.116.289,44	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	2.246.378,65	
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	264.273,03	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.123.560,78	
3.3.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ENTRE ORG.FUND.ENT	154.806,79	
3.3.91.47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	154.806,79	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		4.269.813,90
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		4.269.813,90
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	4.269.813,90	
4.4.90.51	OBRAS E INSTALACOES	210.525,81	
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.059.288,09	
TOTAL			533.145.800,81

ORGAO	15.011 FUNDO ESP. REEQUIPAMENTO POLICIAL		
UO	15.011 FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL		
CODIGO	DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		88.910,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		88.910,00
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	88.910,00	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	88.910,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		3.893.546,00
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		3.893.546,00
4.4.90.00	APLICACOES DIRETAS	3.893.546,00	

4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.893.546,00	
	TOTAL		3.982.456,00

ORGAO	15.014	FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIRO - MILITAR		
UO	15.014	FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIRO - MILITAR		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		2.011.264,52
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.011.264,52
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	2.011.264,52	
3.3.90.14		DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	14.835,00	
3.3.90.15		DIARIAS - PESSOAL MILITAR	189.640,00	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	563.176,86	
3.3.90.31		A PREMIACOES CULT.ART.CIENT.DESP.E OUTRAS	7.494,22	
3.3.90.33		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.850,96	
3.3.90.39		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.233.267,48	
4.0.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		4.009.229,46
4.4.00.00		INVESTIMENTOS		4.009.229,46
4.4.90.00		APLICACOES DIRETAS	4.009.229,46	
4.4.90.52		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.009.229,46	
		TOTAL		6.020.493,98

ORGAO	15.015	FUNDO ESP. MODERN. REAP. DA P. MILITAR		
UO	15.015	FUNDO ESP. MODERN. REAP. DA P. MILITAR		
CODIGO		DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00		DESPESAS CORRENTES		108.363,27
3.3.00.00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		108.363,27
3.3.90.00		APLICACOES DIRETAS	108.363,27	
3.3.90.30		MATERIAL DE CONSUMO	103.748,27	